

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RICARDO AZEVEDO DE OLIVEIRA

OPERAÇÕES ANFÍBIAS:

**A importância para um país em manter suas capacidades
de projeção de poder.**

Rio de Janeiro

2024

CC RICARDO AZEVEDO DE OLIVEIRA

OPERAÇÕES ANFÍBIAS:

**A importância para um país em manter suas capacidades
de projeção de poder.**

Dissertação apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso de Estado-Maior
para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (FN-RM1) RODRIGUES

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelas bênçãos concedidas e à Luz que carrego por iluminar minha singradura, meus pensamentos e minhas atitudes.

Aos meus pais, Moacyr e Edanir, por terem me educado, terem forjado meu caráter e pelo amor e apoio incondicional, mesmo nos meus afastamentos.

Aos demais familiares e amigos de infância, que sempre contribuíram e incentivaram as buscas das conquistas na minha vida.

À Turma Almirante Sylvio de Noronha que, a cada remada da nossa carreira, os laços de amizade e companheirismo sempre permearam um deslizar mais suave ao nosso barco, mesmo perante a alguns imprevistos da navegação.

À Turma Almirante Dodsworth, agradeço a forma amigável que me acolheram para labutarmos no C-EMOS.

Ao meu orientador, o CMG (FN-RM1) Rodrigues, pela compreensão e orientações pertinentes ao longo desta jornada.

À minha outra metade e amada esposa Carla, sou imensamente grato pelo seu apoio, esforço, compreensão, pelos seus incentivos e por ter sido forte para cuidar das nossas famílias, quando não pude me dedicar como eu realmente gostaria.

E para desfecho da minha gratidão, ao meu tesouro, meu filho Theo, por tudo que representa para mim. Seu simples existir, recheado pelo seu amor, preenchem meu coração de alegria e me dão forças, renovando minhas energias para enfrentar as batalhas e para buscar o porto seguro das minhas navegações, em qualquer mar ou qualquer rio dessa vida.

Aos supramencionados, meu “Muito Obrigado”!

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a importância para os países em manter a capacidade de Projeção de Poder, como as Operações Anfíbias (OpAnf), justificada aos interesses políticos e estratégicos nacionais, frente ao cenário internacional contemporâneo. A metodologia adotada foi estudo de casos, do passado e da atualidade, com o empenho de pesquisa bibliográfica norteado por livros, artigos acadêmicos, periódicos da Marinha do Brasil, sites históricos, geopolíticos e de operações militares. Partindo de uma análise teórica que aborda conceitos essenciais como poder, Poder Marítimo e Poder Naval, o estudo discute a importância da projeção de poder, principalmente a militar, como as operações anfíbias, sob a ótica de pensadores clássicos como Mahan, Corbett e Geoffrey Till. A pesquisa histórica destaca exemplos significativos, como a Operação *Overlord*, durante a Segunda Guerra Mundial, e a Operação *Desert Storm*, na Segunda Guerra do Golfo, evidenciando o papel crucial das operações anfíbias na consecução de objetivos estratégicos. Completando o desenvolvimento do tema, será revelado que, apesar dos novos desafios impostos pelo sistema internacional hodierno, as nações continuam a utilizar a capacidade de projeção de poder para sua própria evolução, para garantir a soberania, alcançar interesses estratégicos e manter a relevância global. Para desfecho da obra, o autor conclui que as operações anfíbias ainda são componentes indispensáveis para qualquer país soberano, que busca respaldo para as suas relações internacionais, promover seu desenvolvimento e contribuir para o equilíbrio de poder global. Pois, como forma de *Hard Power* das capacidades de projeção dos Estados, as OpAnf oferecem respaldo às suas diplomacias, proporcionando flexibilidade de emprego, alcance estratégico e capacidade de resposta rápida às crises, além de suporte a ações humanitárias. No desfecho do trabalho, o autor analisa o contexto brasileiro, enfatizando que a manutenção e o aprimoramento das capacidades de projeção de poder são vitais para o desenvolvimento e defesa do vasto território nacional, incluindo a Amazônia Azul, ressaltando, ainda, a participação ímpar da Marinha do Brasil nesta estratégia nacional, permeada pelas capacidades de operações anfíbias.

Palavras-chave: Operações Anfíbias. OpAnf. Projeção de Poder. Doutrina Anfíbia. Capacidades de Operações Anfíbias. Capacidades de Projeção de Poder. Ferramenta de Estado. Interesses Estratégicos. Estratégia de Estado. *Hard Power*.

ABSTRACT

Amphibious Operations: The importance for a country to maintain its power projection capabilities

The purpose of this paper is to analyze the importance for countries of maintaining Power Projection capabilities, such as Amphibious Operations (OpAnf), justified by national political and strategic interests, in the face of the contemporary international scenario. The methodology adopted was a study from the past and current cases, with the commitment of bibliographic research guided by books, academic articles, Brazilian Navy periodicals, historical, geopolitical and military operations websites. Starting from a theoretical analysis that addresses essential concepts such as power, Maritime Power and Naval Power, the study discusses the importance of power projection, mainly military power, such as amphibious operations, from the perspective of classical thinkers such as Mahan, Corbett and Geoffrey Till. The historical research highlights significant examples, such as Operation Overlord, during World War II, and Operation Desert Storm, in the Second Gulf War, evidencing the crucial role of amphibious operations in achieving strategic objectives. Completing the development of the theme, it will be revealed that, despite the new challenges imposed by the current international system, nations continue to use their power projection capabilities for their own evolution, to guarantee sovereignty, achieve strategic interests and maintain global relevance. To conclude the work, the author concludes that amphibious operations are still indispensable components for any sovereign country seeking support for its international relations, promote its development and contribute to the global balance of power. As a form of Hard Power of the projection capabilities of States, Amphibious Operations offer support to their diplomacy, providing flexibility of use, strategic reach and the ability to respond quickly to crises, in addition to supporting humanitarian actions. In the conclusion of the work, the author analyzes the Brazilian context, emphasizing that the maintenance and improvement of power projection capabilities are vital for the development and defense of the vast national territory, including the Blue Amazon, also highlighting the unique participation of the Brazilian Navy in this national strategy, permeated by amphibious operations capabilities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	-	Antiaéreo
A2/AD	-	Antiacesso/negação de área
AJB	-	Áreas Jurisdicionais Brasileiras
ARP	-	Aeronave Remotamente Pilotada
AS	-	Antissubmarino
CP	-	Cabeça de Praia
COT	-	Conceito da Operação em Terra
EUA	-	Estados Unidos da América
FDN	-	Fundamentos Doutrinários Navais
ForDbq	-	Força de Desembarque
ForTarAnf	-	Força Tarefa Anfíbia
GPS	-	<i>Global Position System</i>
ICBM	-	Mísseis Balísticos Intercontinentais
MB	-	Marinha do Brasil
MD	-	Ministério da Defesa
MNT	-	Movimento navio-terra
OBE	-	Objetivos Estratégicos da Marinha
OpAnf	-	Operações Anfíbias
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTH	-	<i>Over The Horizon</i>
PEM	-	Plano Estratégico da Marinha
PND	-	Política Nacional de Defesa
PIB	-	Produto Interno Bruto
RAM	-	Revolução nos Assuntos Militares
RN	-	<i>Royal Navy</i>
SLBM	-	Mísseis Balísticos Lançados de Submarinos
TBPN	-	Tarefas Básicas do Poder Naval
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAF	-	<i>United States Air Force</i>
USMC	-	<i>United States Marine Corps</i>
USN	-	<i>United States Navy</i>
VANT	-	Veículo Aéreo não Tripulado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	11
2.1	PODER DE ESTADO E PODER NACIONAL	11
2.2	PODER MARÍTIMO E PODER NAVAL	13
2.3	PROJEÇÃO DE PODER	19
2.4	OPERAÇÕES ANFÍBIAS	25
3	PESQUISA HISTÓRICA	27
3.1	EXEMPLOS HISTÓRICOS DE PROJEÇÃO DE PODER	27
3.2	EXEMPLOS HISTÓRICOS DE NOTÁVEIS OPANF, EVOLUÇÕES E QUESTIONAMENTOS	30
4	POSTURAS ESTRATÉGICAS DA ATUALIDADE	39
4.1	COMPLEXIDADES DA PROJEÇÃO DE PODER MODERNA	40
4.2	ATUAIS POSTURAS ESTRATÉGICAS DE ESTADO	41
5	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Qual a importância para um país em manter as capacidades de Projeção de Poder, como as Operações Anfíbias?

Desde os primórdios das civilizações, a demonstração de poder tem sido um elemento fundamental nas relações internacionais, causando o surgimento, a ascensão, o declínio ou a influência de povos, nações, impérios e potências globais. Na obra *“The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians”* (2005), o britânico Peter Heather, foi mais um historiador que descreveu a postura do império romano, ao longo de muitos anos durante a idade antiga¹, destacando a habitual prática de invasão e conquista para alcançar objetivos imperiais: “Os romanos expandiram suas fronteiras através da invasão e conquista, subjugando povos e territórios para consolidar seu domínio e exercer seu poder imperial.” (Heather, 2005; p. 117, tradução própria)². Nesse contexto, depreende-se que uma das primeiras manobras de líderes, os quais moveram suas tribos, impérios ou países soberanos, utilizaram seus exércitos, em forma de operações militares, para alcançar seus interesses e exercer seus poderes. Era uma forma de projetar seu poder, ameaçando, invadindo ou conquistando, territórios e povos, mediante fronteiras, sejam terrestres ou marítimas, bem como, mais tarde, também aéreas.

Neste contexto, vamos analisar um tipo de operação militar que estende a influência dos Estados, contribuindo para projetar o poder de um país, as Operações Anfíbias (OpAnf). São tipos de operações que têm por finalidade viabilizar o acesso à área de interesse, por intermédio de ação conhecida como “entrada forçada”, em território hostil ou potencialmente hostil. Este tipo de operação representa uma “ferramenta” essencial para a resposta, nos níveis estratégico e operacional, às crises ou conflitos (Brasil, 2020). Cabendo ressaltar que, em tempo de paz, também podem ser empregadas para cumprir outros propósitos do Estado³.

As OpAnf são consideradas como uma das mais antigas e complexas operações militares, movidas a fim de atingir aos propósitos dos governos Estatais.

¹ Período da história que se estendeu de cerca de 3500 a.C. até 476 d.C., quando houve a desagregação do Império Romano (<https://www.sohistoria.com.br/ef2/idadeantiga/>).

² *“The Romans expanded their borders through invasion and conquest, subjugating peoples and territories to consolidate their rule and exercise their imperial power.”*

³ Acordo definição clássica do sociólogo alemão Max Weber, o Estado é uma comunidade humana que (com sucesso) reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território (Weber, 1999). Ademais, o escritor Dalmo de Abreu Dallari explica que, no senso comum, os termos Estado e país são frequentemente utilizados como sinônimos (Dallari, 2015).

Por isso, é amplamente discutida em vários tipos de literaturas sobre história, geopolítica, operações militares e estratégia militar. Livros e artigos que discutem sobre histórias de operações anfíbias mencionam frequentemente a complexidade e a importância estratégica dessas operações, desde a antiguidade até os tempos atuais.

No início da década de 1990, o termo “mundo VUCA”, que significa volátil, incerto, complexo e ambíguo, surgiu nas Forças Armadas dos Estados Unidos e tornou-se amplamente utilizado pelas sociedades para analisar e descrever a natureza dos desafios globais contemporâneos. No entanto, recentemente, surgiu um novo conceito de mundo, o “mundo BANI”, marcando a passagem da volatilidade para agilidade, da incerteza para ansiedade, da complexidade para a não linearidade e da ambiguidade para a incompreensão. Essa transição da classificação do mundo representa um aumento significativo nos tipos de desafios enfrentados pelos países, aumentando, ainda mais, a intensidade e a natureza das ameaças e obstáculos modernos. Consequentemente, surgiram novos níveis de riscos, os quais requerem uma adaptabilidade ainda maior dos governos e exigem que suas ferramentas e capacidades tenham características específicas, como mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, para serem efetivamente estratégicas aos anseios do Estado.

Levando-se em consideração tal conjuntura, o objetivo deste trabalho é analisar a relevância de preservar as capacidades de Projeções de Poder, como as Operações Anfíbias, em face de ser uma importante ferramenta aos interesses políticos nacionais, mesmo perante os novos desafios do mundo.

Para organizar a análise do objetivo elencado, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Primeiramente, este capítulo introdutório, que apresenta a ideia chave da obra, logo após, aponta os caminhos da área conceitual, bem como apresenta a estruturação e os demais rumos da pesquisa.

Ao término da introdução serão apresentados os fundamentos teóricos, no capítulo dois, que nos proporcionará compreensão de conceitos basilares como Poder, Equilíbrio de Poder, Poder Nacional, Poder Marítimo, Poder Naval e Projeção de Poder. Ainda nesse encadeamento, serão apontadas Teorias Clássicas de Mahan, a qual versa que o controle dos mares é essencial para a projeção de uma nação que busca o desenvolvimento; o fundamental papel do Poder Naval, de Julian Corbett, cuja base teórica utilizada foca na integração do Poder Naval com as

operações terrestres; e Geoffrey Till, que expande os conceitos tradicionais de Poder Marítimo e Poder Naval, adaptados ao contexto moderno e definindo a tarefa de Projeção de Poder. Não obstante, ainda no segundo capítulo, serão descritas as OpAnf, suas características e suas formas de emprego, distinguindo conceitos por meio da doutrina de Operações Anfíbias do Ministério da Defesa (MD) e, mais especificamente, da Marinha do Brasil (MB), correlacionando as capacidades deste tipo de operação que justificam interesses políticos e estratégicos.

O capítulo três ilustrará a pesquisa por fatos históricos, exemplificando algumas Operações Anfíbias marcantes e os processos de questionamentos e evoluções sofridos ao longo dos anos. Como exemplo, o sucesso consolidado das OpAnf na Segunda Guerra Mundial, assim serão investigados os avanços operacionais e efeitos político-militares conquistados pelo emprego dessas operações, as quais foram de grande relevância para defender interesses dos Estados que as praticaram.

Após analisar a história, o capítulo quatro relacionará as complexidades do mundo moderno com as atuais posturas estratégicas dos Estados. Serão apontados alguns avanços militares importantes que influenciam a Projeção do Poder no mundo moderno. Para tal, serão identificados cenários contemporâneos, com exemplos práticos, aos quais comprovam que, ainda hoje, posturas estratégicas e operacionais utilizam as Projeções de Poder, principalmente as operações militares, para defender ou atingir interesses políticos de um país, caso falhe a diplomacia.

Após todo o desenvolvimento concluído, a fim de ascender ao objetivo da dissertação, apresentaremos no capítulo cinco a síntese da pesquisa realizada, resumindo as principais comparações e reflexões sobre o tema, obtidas a partir da análise da interação conceitual com as passagens históricas mencionadas no trabalho, defendendo que, ainda hoje, se faz mister a manutenção das capacidades de Projeção de Poder, como as OpAnf, por serem consideradas valiosos instrumentos para um país. Por fim, discriminando a pertinência do tema, onde por meio do desenho de pesquisa pela comparação entre a teoria e a realidade, nos permitiu identificar os porquês e a importância da manutenção adequada das capacidades de Projeção de Poder, principalmente as Operações Anfíbias, utilizadas como uma opção estratégica distinta para qualquer Estado que almeja atender aos seus anseios políticos prosperidade e soberania, bem como anseia ser reconhecido e respeitado no sistema internacional, tal como nosso Brasil.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Para facilitar a compreensão da análise do objetivo desta dissertação, abordaremos um arcabouço de teorias e conceitos, aos quais fundamentaram toda a pesquisa realizada. Durante a leitura desta obra, tais princípios ajudarão a refletir sobre a importância das Operações Anfíbias em relação à projeção de poder do Estado. Sendo assim, iniciaremos com a identificação de pressupostos basilares como, por exemplo, a compreensão do significado de Poder.

2.1 PODER DE ESTADO E PODER NACIONAL

Assim como Thomas Hobbes comparou o Estado ao homem, utilizando a metáfora do “corpo político”, descrevendo-o como um ser artificial, que se assemelha a um ser humano, vamos analisar que o homem em sociedade possui objetivos e interesses, sendo que os Estados também possuem e com eles se relacionam no sistema internacional. Estas relações interestatais acontecem pela busca de um fator comum, que traduz tais interesses e objetivos, este fator é chamado de poder.

Conforme o cientista político norte-americano, Joseph Samuel Nye Jr. (2011), considerado um dos maiores especialistas do mundo em Relações Internacionais, Política Externa e Governança Global, o **Poder de Estado** é a interação interestatal que pode ser utilizada de maneira dissuasiva, coercitiva ou persuasiva, e o país que o detém, em maior quantidade ou melhor qualidade, poderá, em princípio, exercer maior influência, alcançando com mais facilidade os seus objetivos (Lima, 2019). Também é comum observar que os Estados, em relação a outros, utilizam o poder de formas diferentes, classificadas em “*hard power*”, que é o poder tangível, “*soft power*”, chamado de poder intangível ou “*smart power*”⁴, sendo uma decisão situacional e mediante às capacidades daquele país (Nye Jr, 2009; 2011). Cabe mencionar que nessas relações interestatais não há uma entidade superior que regule e controle, de fato, as interações e ações dos países, por isso, existem

⁴ *Hard, soft e smart power* são termos das relações internacionais, criados pelo cientista político norte-americano Joseph Nye, para definir os diferentes tipos de poder que um Estado pode ter na esfera internacional. O *hard power* é um conceito realista sobre o poder da expressão militar e econômica que um corpo político pode exercer sobre outro por meio direto ou indireto. O *soft power* é o poder de influência por meios mais brandos, como os culturais, ideológicos e diplomáticos, sem uso do recurso da força, como acontece no *hard power*. O *smart power*, nas palavras de Nye: “capacidade de combinar *hard* e *soft power* em uma estratégia vencedora” (Nye Jr, 2009; 2011).

situações onde as políticas dos Estados, não são utilizadas para ampliar seu próprio poder, mas também são empregadas para manter um equilíbrio de poder global ou regional. Assim, são utilizadas com o propósito de impedir que outros países aumentem excessivamente suas capacidades, limitando o poder alheio, evitando possíveis desequilíbrios ou instabilidades (Nye Jr, 2009).

Ainda de acordo com Nye Jr., não existe uma definição única e universal para o simples conceito de poder, sendo que para cada Estado o poder se define de acordo com suas capacidades, interesses e valores individuais. Para os fins deste trabalho, adotaremos a definição de **poder** como “capacidade de fazer algo e, em situações sociais, fazer com que outros nos proporcionem o que desejamos⁵” (Nye Jr, 2011, p.6, tradução própria).

O significado de **equilíbrio de poder**, ostenta interpretações distintas, associado a diferentes consequências, como disputas por influências, guerras e a estabilidade do sistema internacional. No entanto, não há relatos na história de ter havido uma divisão igual de poderes no mundo, o que se observa é a aceitação de um *status quo*⁶ em que ocorre um grau suficiente de segurança, relações amistosas entre as nações, com autonomia e paz, resultando no que se denomina equilíbrio de poder (Nye Jr, 2009).

A quantificação do poder de um país depende das suas capacidades, da estratégia escolhida e da situação que será utilizada. Por exemplo, em algumas situações, um Estado considerado mais fraco pode avantajá-lo em relação a um mais forte, de acordo com a sua capacidade de poder (Nye Jr, 2011). As Forças Armadas de país fazem parte do poder do Estado e é interessante que suas capacidades sejam críveis e eficazes para se fazer presente no seu território e, também, áreas de seu “entorno estratégico”⁷. Esta condição pode ser alcançada projetando, de alguma forma, o seu poder, como por exemplo, por intermédio das Operações Anfíbias, cuja abordagem teórica ocorrerá mais adiante.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2020), compreende-se **Poder Nacional** como o conjunto de capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. Esse

⁵ “Power is the capacity to do things and in social situations to affect others to get the outcomes we want.”(Nye Jr, 2011).

⁶ *Status quo* é o estado atual das coisas, especialmente no que diz respeito às relações sociais ou políticas existentes (Nye Jr, 2009).

⁷ O entorno estratégico brasileiro é a área de interesse prioritário, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (PND, 2020).

conjunto de capacidades manifesta-se em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. A expressão militar do Poder Nacional representa a atuação predominantemente militar de todos os recursos humanos e materiais disponíveis de uma Nação. Sob a direção do Estado e alinhada às vontades nacionais, a expressão militar, composta pelo Poder Naval, o Poder Terrestre e o Poder Aeroespacial, contribui para alcançar e preservar os objetivos políticos da nação (FDN, 2023).

2.2 PODER MARÍTIMO E PODER NAVAL

O conceito de "*seapower*", poder marítimo, foi definido pela primeira vez por Alfred Thayer MAHAN (1840 - 1914), um oficial da Marinha dos Estados Unidos e historiador naval, reconhecido como um dos teóricos mais influentes da estratégia naval e do poder marítimo. Em sua obra mais famosa, "*The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*", publicada em 1890, a qual influenciou significativamente as políticas navais e o poder marítimo de várias nações no final do século XIX e início do século XX, Mahan destaca a importância do "*seapower*" para o crescimento e a segurança de uma nação, argumentando que se projetar ao mar e buscar o controle do comércio marítimo, manter uma frota de batalha poderosa e estrategicamente posicionada e dominar linhas de comunicação marítimas são essenciais para o desenvolvimento e a prosperidade nacional (Mahan, 1890).

Remetendo a atualidade, para balizar nossa análise, utilizaremos a seguinte definição:

O **Poder Marítimo** é a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os Objetivos Nacionais (FDM, 2023, p. 1-3, grifo próprio).

Consoante com os Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM, 2023), o Poder Marítimo é a extensão do Poder Nacional, utilizando todos os recursos pátrios do mar e das águas interiores, para ações políticas, militares, desenvolvimento econômico e social do país, com propósito de alcançar e manter os objetivos nacionais. Assim, depreende-se que o Poder Marítimo é um conceito amplo, que perpassa todas as atividades relacionadas ao uso dos mares e águas interiores, de natureza civil ou militar, voltados aos anseios políticos do país.

Pela abrangência de atividades envolvidas, o Poder Marítimo requer a integração de todos os seus recursos, fator crítico para que essa expressão de poder se efetive, como condição necessária a interação sinérgica e harmonizada dos atores e organizações que o constituem (PEM 2040, 2020): o Poder Naval, a Marinha Mercante, a infraestrutura marítima e hidroviária, a indústria naval, a indústria de defesa do interesse naval, a indústria de pesca, as organizações e os meios de pesquisa e de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação ligados a utilização do mar, das águas interiores e de seus recursos, as organizações e os meios de exploração ou de aproveitamento dos recursos do mar, do seu leito e do seu subsolo, e o pessoal que desempenha atividades associadas ao mar ou águas interiores, assim como estabelecimentos destinados à sua capacitação.

Para a análise deste trabalho, após a identificação do que é o Poder Marítimo nacional e da descrição dos seus elementos constituintes, destacaremos o componente que mais tem a ver com o cerne da nossa pesquisa, sobre operações anfíbias como forma de projeção de poder, o Poder Naval.

O **Poder Naval** é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Militares e Setoriais de Defesa, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (FDM, 2023, p. 1-4, grifo próprio).

No final do século XIX, Mahan havia definido o Poder Naval como a capacidade de uma nação em controlar o mar por via de uma força naval bem equipada e estrategicamente bem posicionada. Ele nomeia esse componente do poder marítimo como o item essencial para garantir o desenvolvimento do Estado, garantir a segurança das rotas comerciais do país, proteger os interesses nacionais no mar e permitir a projeção de força em áreas de interesses e em conflitos internacionais (Mahan, 1890). Para a concepção “Mahaniana”, o poder de uma nação está intimamente ligado à sua capacidade de se projetar e controlar o comércio marítimo, já que a prosperidade econômica e a segurança nacional aumentam com o efetivo domínio dos mares e o controle das suas rotas comerciais.

No contexto do mundo moderno, Geoffrey Till, renomado historiador naval britânico e professor de estratégia marítima, autor de "*Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*" (2004), define o Poder Naval como a capacidade de uma

nação em utilizar sua marinha para proteger seus interesses marítimos nacionais, assegurar o controle de rotas comerciais, projetar força militar e influenciar eventos políticos em âmbito global (Till, 2004). Esta concepção moderna do Poder Naval ainda se orienta pelas ideias basilares de Mahan, defendendo que o controle do mar, se dá por meio de uma força naval bem equipada e estrategicamente posicionada, crucial para a segurança e a prosperidade econômica nacional (Mahan, 1890; Till, 2004). Portanto, desde outrora, as ideias de Mahan continuam a influenciar a estratégia naval contemporânea, refletindo a importância persistente de uma marinha forte e efetivamente capaz, a fim de atender aos anseios políticos de um Estado, bem como possibilitar sua projeção.

Para uma compreensão mais específica, na concepção da Força Marinha do Brasil (MB), a constituição do Poder Naval inclui os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, tais quais suas infraestruturas de apoio, de comando e controle, de logística e de administração. Também são considerados parte do Poder Naval as forças e meios de apoio, não orgânicos da MB, quando empregados para cumprimento da missão da Marinha, sob alguma forma de comando ou controle por autoridade naval (FDM, 2023).

O conceito em questão propõe tamanha relevância que integra a missão precípua da MB, que é “preparar e empregar o Poder Naval”, relacionado às capacidades da Força, como sendo a devida aptidão dos meios e pessoal, a fim de realizar um conjunto de tarefas que visam obter efeitos⁸, em determinadas condições (FDM, 2023). Sendo assim, o Poder Naval brasileiro é, por construção doutrinária, um importante componente do Poder Marítimo nacional (PND, 2020), com amplas capacidades e cujo emprego ocorre nas seguintes áreas de atuação: Defesa Naval, Segurança Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado (FDM, 2023). Estes campos de atuação envolvem propósitos do Estado a serem alcançados ou desafios estatais a serem superados. É o Poder Naval a serviço da política nacional.

Outro escritor renomado, que examinou a magnitude do Poder Naval, foi Julian Stafford Corbett (1854 - 1922), historiador naval e estrategista britânico cujos trabalhos influenciaram profundamente o pensamento naval moderno. Em suas obras, "*Some Principles of Maritime Strategy*" (1911), Corbett discute a importância do Poder Naval e suas diversas características intrínsecas que o tornam uma

⁸ Efeito, ao ser atingido, produz ou alcança um resultado ou situação favorável em relação a um objetivo ou interesse em face a um desafio (oportunidade ou ameaça) (FDM, 2023).

ferramenta estratégica vital para os anseios do Estado. Tais características específicas, “mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade”, são classicamente julgadas como comuns às Marinhas e justificam sua relevância e efetividade da Força a serviço do Estado, servindo como pilares de uma força naval (Corbett, 1911; FDM, 2023). Ele argumenta que a mobilidade é uma das maiores vantagens das forças navais sob a ótica legítima da lei, permitindo-lhes projetar força e concentrar poder rapidamente em pontos estratégicos. A permanência é alcançada através da manutenção operativa de forças navais em áreas estratégicas, garantindo controle contínuo e efeito de dissuasão. A versatilidade permeia a amplitude de áreas de atuação aos interesses nacionais, permitindo a execução de uma vasta variedade de missões operativas, desde combate direto até apoio logístico e humanitário. E a flexibilidade que permite adaptação rápida às mudanças de postura estratégica, no ambiente operacional ou tático. Não obstante, Corbett também enfatiza a importância do controle do mar e como a superioridade naval pode influenciar diretamente no resultado de conflitos terrestres. Além de analisar as peculiaridades deste componente do Poder Marítimo, Corbett foi mais abrangente em comparação com a análise de Mahan, focando não apenas na batalha decisiva, mas também em como a marinha poderia apoiar objetivos estratégicos mais amplos (Corbett, 1911). Nesse viés, percebemos o Poder Naval servindo como uma valorosa ferramenta aos anseios políticos do Estado.

Fruto dessas análises da teoria “Corbettiana” sobre a importância e o uso efetivo e eficaz do Poder Naval (Corbett, 1911), as diversas marinhas pelo mundo têm delineado suas capacidades estratégicas e definido suas tarefas e ações operacionais (Till, 2009). Tal delineamento busca preparar e empregar o Poder Naval, de forma mais eficaz, ao amplo espectro de possibilidades de emprego, tornando as marinhas em multifacetadas, como é o caso da MB, frente aos complexos desafios globais contemporâneos (FDN, 2023).

Geoffrey Till atualizou tais pensamentos Corbettianos para o contexto contemporâneo, abordando as funções multifacetadas de todo o Poder Marítimo frente aos desafios modernos, como ameaças assimétricas e avanços tecnológicos. Dentre suas principais contribuições, Till descreve as cinco principais funções ou tarefas do Poder Naval moderno: “comando do mar, projeção de poder, controle marítimo, segurança marítima e diplomacia naval”. A primeira tarefa significa o controle do mar, que envolve garantir que as forças navais possam operar

livremente em áreas marítimas específicas, enquanto impedem que adversários façam o mesmo. A segunda tarefa é a projeção de força, que utiliza o Poder Naval para influenciar eventos em área de interesse, incluindo operações anfíbias, ataques aéreos lançados de porta-aviões, apoio de fogo, bombardeios e operações de forças especiais (Till, 2009). Estas missões são exemplos de um conjunto de operações e ações que congregam capacidades de um Estado que objetiva projetar as Expressões do Poder Nacional, por meio do Poder Naval.

A terceira tarefa enunciada por Till é a presença naval, que consiste em manter meios de forças navais em áreas estratégicas para demonstrar atuação do Estado, influenciar a estabilidade regional e dissuadir potenciais adversários. A quarta tarefa, segurança marítima, visa a missão de proteger as linhas de comunicação marítimas e todo tráfego aquaviário, combater a pirataria, o tráfico ilícito e apoiar operações de busca e salvamento. Por fim, a quinta tarefa é a assistência humanitária e alívio de desastres, utilizando as capacidades navais para fornecer ajuda em emergências, como desastres naturais, onde o acesso por mar pode ser crucial para a entrega rápida de auxílio. Essas tarefas básicas são essenciais para a execução de estratégias navais eficazes e para a manutenção da segurança marítima global (Till, 2004). Desta forma, são tarefas das marinhas que cooperam com as estratégias dos seus Estados, atendendo a políticas quanto ao uso do mar e para relações internacionais.

A Marinha do Brasil início 1970 a caminhada autônoma da Força no campo da Estratégia Naval visando delinear os planos de atuação para o emprego dos meios navais. Ao longo desses anos, ocorreram várias adequações das funções da Força de acordo com as conjunturas internacionais e anseios nacionais. Assim, em 1979, foi publicada a primeira Doutrina Básica da Marinha, com os primeiros direcionamentos doutrinários para aplicação do Poder Naval (Ferreira, 2011). Hoje em dia, essas funções da Força no âmbito nacional, vistas como as atividades de mais alto nível realizadas pela MB, são nomeadas de Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN) e foram atualizadas em 2023, com a publicação dos Fundamentos Doutrinários Navais (FDN, 2023).

De acordo com a FDN, as TBPN são primordiais para a MB e se manifestam por meio de amplas ações que produzem efeitos significativos, alcançados por meio das Capacidades Estratégicas da Força. Tais tarefas reúnem as atividades

necessárias para cumprir os Objetivos Estratégicos da Marinha (OBE)⁹, orientando o desenvolvimento doutrinário em todos os níveis. Esse conjunto de tarefas interdependentes, agrupadas por semelhança, dão prioridade ao planejamento e graduam o uso da força, da mais alta para a mais baixa, conforme a sequência mencionada das Tarefas Básicas. Sendo assim, a FDN define que o Poder Naval deve ser capaz de realizar as seguintes Tarefas Básicas:

a) Negar o uso do mar: O Poder Naval deve ser competente para realizar operações e ações para impedir que forças inimigas utilizem uma determinada área marítima.

b) Projetar Poder: conjunto de operações e ações que congregam as capacidades que visam a projeção das Expressões do Poder Nacional, por meio do Poder Naval, em território estrangeiro, área de interesse sob influência estrangeira ou em território nacional. Essa TBPN considera o termo “poder” em todos os seus níveis de acepção: “*Hard Power*”, “*Soft Power*” e “*Smart Power*”;

c) Controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores: Realizar operações para assegurar o uso de vias navegáveis e áreas marítimas de acordo com os interesses nacionais, monitorar e controlar o tráfego de embarcações e garantir a soberania e direitos do Estado nas Áreas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), podendo estar associado à negação do uso do mar como uma tarefa prévia.

d) Realizar Proteção Marítima: Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos nas AJB através do uso coercitivo do Poder Naval. Inclui ações contra crimes transfronteiriços e ambientais, além de outras atividades ilícitas por entes não estatais.

e) Prover a Segurança da Navegação Aquaviária: Conduzir operações e ações para fomentar a segurança da navegação aquaviária por meio de atividades técnico-administrativas.

f) Contribuir para a Segurança e Desenvolvimento Nacional: Realizar operações e ações para apoiar as Políticas Nacionais, fortalecer a coesão nacional e segurança interna, apoiar a pesquisa marítima e antártica, prevenir poluição ambiental, apoiar a Defesa Civil, conduzir operações humanitárias e fortalecer relações exteriores favoráveis ao país.

⁹OBE são amplos direcionamentos a serem seguidos pela Marinha do Brasil (MB) para o cumprimento da sua Missão, associados à Política Naval e explicitados na Estratégia de Defesa Marítima (EDM, 2004).

Dentre as TBN supramencionadas, escolheremos como foco para uma melhor compreensão deste trabalho a tarefa de projetar poder.

2.3 PROJEÇÃO DE PODER

Historicamente, as grandes potências utilizaram a projeção de poder para estabelecer e manter sua influência global. Durante o século XIX, o Império Britânico exemplificou essa prática ao manter uma frota poderosa, capaz de operar em qualquer oceano do mundo. Foi ao final daquele mesmo século que os EUA impulsionaram sua marinha, seguindo os apontamentos de Mahan, sobre que o controle dos mares é essencial para a projeção de poder do Estado, bem como uma marinha forte e bases navais estrategicamente posicionadas permitem ao país projetar sua força militar globalmente (Mahan, 1890). No século XX, segundo Till, os Estados Unidos desempenharam o papel de grande potência mundial, devido à sua incomparável capacidade de projeção de poder, com uma rede de bases militares e capacidade de mobilização rápida e eficaz, as quais permitiram intervenções em qualquer continente. Essa habilidade do Estado em projetar-se é crucial para dissuadir adversários e assegurar a diplomacia e aliados (Till, 2009).

A importância da projeção de poder para o Estado é tácita aos olhos de Till, bem como, também é tácita para o Poder Naval. Em palestra realizada em 25 de novembro de 2005, durante o I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo, na Escola de Guerra Naval, Till descreveu que o Poder Marítimo em si, e, em especial o Poder Naval, contribui para o Estado, nos níveis tático, operacional e estratégico, pela sua capacidade de projetar poder sobre terra, a fim de determinar o estado final político da soberania nacional. Ele explicou que, países aos quais acreditam ser responsáveis pela segurança do sistema marítimo, como os americanos, chamam de *Sea Strike* e utilizam o mar para dissuadir ou neutralizar possíveis ameaças aos interesses nacionais. A fim de exemplificar, Till analisou a Guerra do Golfo de 1991, e narrou que a projeção de poder marítimo sobre terra foi realizada em três níveis distintos. No nível tático, as forças navais proveram importante apoio para a batalha terrestre, por meio da realização de operações anfíbias e para o transporte da força necessária ao combate que se travaria no teatro terrestre. No nível operacional, a presença da força naval, em posição estratégica de realizar uma operação anfíbia, dissipou e distraiu as forças

iraquianas, assim como no nível estratégico, as forças navais tornaram possível a aplicação das sanções político-econômicas, interrompendo as linhas de comunicações marítimas do Iraque, atingindo propósitos políticos da ONU. Desde aquela ocasião, nos EUA, na Europa e nas nações que se preocupam com seu Poder Marítimo, as marinhas estão se adaptando às exigências, cada vez maiores, de preparar suas capacidades para participar de expedições distantes e multifacetadas para atender aos desejos políticos. De acordo com alguns estrategistas, tais adaptações podem conduzir a uma reformulação nas marinhas mundiais, de modo a considerar a projeção de poder a partir do mar como uma de suas principais atribuições (Till, 2005).

No contexto da atualidade, em um mundo de constantes mudanças, a projeção de poder emergiu como uma ferramenta vital para os países, possibilitando projetar seus interesses, consolidando suas influências e mantendo a estabilidade global. Na essência das relações internacionais, a projeção de poder refere-se à capacidade de uma nação de exercer sua influência política, econômica ou militar para moldar eventos, tanto internos quanto externos, em busca dos seus interesses. Este conceito dinâmico evoluiu ao longo dos séculos, com impérios e nações competindo continuamente pela supremacia, pelo poder. Desde as campanhas de expansão da Roma antiga até as estratégias contemporâneas das superpotências globais, a projeção de poder tem moldado nosso mundo de diversas maneiras (Florkin, 2024).

Abrangendo aspectos políticos, econômicos e diplomáticos, esta capacidade de projeção dos Estados podem ser exercidas pelo uso de sanções econômicas, ajuda externa e programas de cooperação internacional, sendo assim, poderosas ferramentas que os países utilizam para influenciar outros, sem recorrer à força (Nye Jr, 2004). Cabe mencionar que essas influências diretas entre governos também podem ser exercidas por meio de acordos, alianças e parcerias internacionais. Organizações como a OTAN permitem que seus membros compartilhem recursos e capacidades militares, amplificando uma influência coletiva em vários países ao mesmo tempo (Walt, 1987). O renomado cientista político e professor de Relações Internacionais na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, Stephen M. Walt, defende que essas alianças não apenas fortalecem a segurança mútua, mas também estendem o alcance estratégico dos países envolvidos, permitindo-lhes projetar poder de forma mais eficaz, independentemente da posição

geográfica e sim com base nas relações de poder entre os Estados, que seja *hard power* ou *soft power*.

Além de ser um conceito muito significativo politicamente para as relações internacionais, a expressão do poder militar nacional é de extrema relevância para um Estado, representada pela capacidade de projeção das Forças Armadas militares, referindo-se à capacidade de aplicar suas forças, de forma decisiva ou somente como intervenção¹⁰, em uma área geográfica de seu interesse, mesmo que distante de seu território. Esse conceito é implementado por meio de diversos tipos de operações militares que visam demonstrar força, dissuadir adversários, conquistar ou proteger interesses nacionais e apoiar aliados. Em uma associação aos componentes dos Poderes Nacionais, a projeção de poder militar está intimamente ligada ao Poder Naval, Poder Aeroespacial¹¹ e à presença militar diplomática, permitindo que um país influencie eventos, legitimamente, além de suas fronteiras imediatas (Posen, 2003). Segundo o especialista em segurança internacional, política de defesa e estratégia militar dos EUA, Barry R. Posen, a projeção de poder é essencial para manter a ordem internacional e proteger interesses nacionais em regiões estratégicas, como rotas comerciais e áreas ricas em recursos naturais. Em seu livro "*Command of the Commons*" (2003), ele fornece uma análise detalhada de tamanha importância para os EUA em projetar seu poder referente ao controle de espaços globais compartilhados e, desta forma, sustenta sua posição dominante na ordem internacional. No entanto, defende que o controle de certas áreas estratégicas, através da atuação de alguma expressão do poder americano, permite aos EUA projetar poder globalmente, dissuadir adversários e proteger seus interesses em qualquer parte do mundo, em qualquer teatro de operações (Posen, 2003).

No Brasil, no âmbito militar, o Glossário das Forças Armadas (Brasil, 2015), diferencia a Projeção de Poder Nacional com a Projeção de Poder sobre Terra. Sendo a primeira, o processo pelo qual uma Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, por meio de manifestações produzidas com recursos de todas as expressões do Poder Nacional, e a segunda, como TBPN que

¹⁰ Ato de exercer influência em determinada situação na tentativa de alterar o resultado ou o status (<https://www.dicio.com.br/intervencao/>).

¹¹ Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos que a Nação dispõe para a utilização do espaço aéreo e do espaço exterior, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais (Brasil, 2015).

abrange um amplo espectro de atividades, que podem incluir: o bombardeio naval; os ataques a terra com mísseis, a partir de unidades navais e aeronavais; o bombardeio aeronaval; e as variadas formas de emprego das operações anfíbias.

Especificamente, na Marinha do Brasil a projeção de poder é uma das TBPN, conforme foi identificado anteriormente, sendo definida como o conjunto de operações e ações que congregam capacidades da Força (FDM, 2023). Com a publicação da EDM, que estabelece a orientação estratégica de mais alto nível da MB, foram analisadas cada tarefa básica e dimensionado os quantitativos dos sistemas e meios componentes de cada Elemento de Força¹², a fim de atender ao conjunto de operações e ações, intrínsecas do Poder Naval. Posto isto, foi idealizada e dimensionada a Força de Projeção, com o propósito de ser capaz de alcançar os seguintes efeitos:

- a) Defender/Retomar Ilhas Oceânicas nacionais;
- b) Neutralização de Alvos de Interesse Militar (em terra);
- c) Controle de Área Terrestre de Interesse Naval; e
- d) Proteção de Bens, Recursos e Nacionais no exterior.

Um dos mecanismos militares mais efetivos de projeção de poder é o destacamento de forças navais com o fito de ser empregado em regiões estratégicas. Porta-aviões, submarinos nucleares e frotas de superfície proporcionam uma relevante presença visível e uma capacidade de resposta rápida as crises, corroborando para projetar influências. A doutrina naval dos EUA, por exemplo, enfatiza a importância de grupos de batalha de porta-aviões como ferramentas primárias de projeção de poder, capazes de lançar ataques aéreos, operações anfíbias e missões de resgate (Gompert; Kaufman, 2000). Com essa ótica doutrinária, os americanos enfatizam que uma das ferramentas mais versáteis e efetivas de uma força conjunta, usada para projetar poder em terra em apoio aos objetivos da política nacional, são as Operações Anfíbias: “A capacidade de conduzir operações anfíbias do mar, sem autorização diplomática ou apoio da nação anfitriã, fornece opções flexíveis e sustentáveis a força conjunta.”¹³ (JP 3-02, 2019, p. xi, tradução própria).

¹² Conjunto de meios (navios, aeronaves, carros de combate, etc.) e sistemas, doutrinariamente organizados que, por meio da realização de tarefas, atingem um efeito em determinado tempo e espaço (EDM, 2004).

¹³ “*The ability to conduct amphibious operations from the sea, without the requirement for diplomatic clearance or host-nation support, provides the JFC with flexible and sustainable options.*”

Os principais tipos de operações militares que se enquadram como tarefas de projeção de poder são:

a) Operações Expedicionárias: envolvem o deslocamento de forças militares para áreas distantes visando realizar missões de combate ou de manutenção da paz. Essas operações são cruciais para intervenções militares diretas, bem como para missões de estabilização e reconstrução. Segundo Posen, a capacidade de conduzir operações expedicionárias é fundamental para a manutenção da hegemonia e da ordem internacional pelos EUA (Posen, 2003).

b) Desdobramento de Forças Navais: empregado em regiões estratégicas, nacionais ou internacionais, é uma forma significativa de projeção de poder. Grupos de batalha de porta-aviões, frotas de superfície e submarinos nucleares proporcionam capacidade de ataque, defesa aérea e de operações anfíbias. Ao debater esse tipo de operação, Till enfatiza que a presença naval no Mar do Sul da China exemplifica a importância do poder marítimo na projeção de força global (Till, 2009).

c) Operações Anfíbias: consistem no uso de forças navais para lançar ataques a partir do mar, utilizando embarcações de desembarque e apoio aéreo para projetar poder em territórios costeiros. A invasão da Normandia durante a Segunda Guerra Mundial é um exemplo clássico desse tipo de operação e foi crucial para os aliados se projetarem para impor suas vontades (Till, 2009).

d) Presença Militar Permanente: a manutenção de bases militares em países estrangeiros ou regiões estratégicas permite a projeção contínua de poder. Exemplos incluem as bases militares dos EUA na Alemanha, Japão e Coreia do Sul, que fornecem capacidade de resposta rápida as crises regionais. Posen argumenta que a presença militar permanente é essencial para sustentar a influência global e a capacidade de resposta rápida as emergências (Posen, 2003).

e) Operações de Demonstração de Força: realizadas para intimidar adversários e dissuadir ações hostis, sem o engajamento direto em combate. Incluem exercícios militares conjuntos, sobrevoos de áreas contestadas e patrulhas navais em regiões sensíveis. Till exemplifica que os exercícios militares da OTAN no leste da Europa são demonstrações eficazes de poder (Till, 2009).

f) Assistência Militar e Cooperação de Segurança: além de ser uma decisão política dos Estados, a assistência militar e a cooperação de segurança envolvem as ações de fornecimento de treinamento, equipamentos, munições e suporte logístico

a aliados e parceiros estratégicos. Esse tipo de operação representa uma forma indireta de projeção de poder. Nye destaca que os programas de assistência militar dos EUA a países da OTAN e aliados na Ásia-Pacífico são exemplos de como a cooperação de segurança pode ampliar a influência internacional sem o uso direto da força (Nye Jr, 2009).

g) Operações de Manutenção da Paz: envolvem o desdobramento de tropas para apoiar missões de paz das Nações Unidas ou outras organizações internacionais. O objetivo é estabilizar regiões em conflito, proteger civis e facilitar a reconstrução pós-conflito ou apoio humanitário. A missão da ONU em Mali (MINUSMA) e no Haiti (MINUSTAH) são exemplos de operação de manutenção da paz. Nye argumenta que essas operações são essenciais para um país se destacar no cenário mundial, projetando suas influências, por meio de apoio humanitário e a cooperação internacional (Nye Jr, 2004).

Após compreensão do que representam as capacidades de projeções de poder de um Estado e expressarmos a significância da expressão do poder militar dentro dessas capacidades, verificamos que o Poder Naval trata tal assunto como tarefa básica, sendo primordial ao cumprimento da missão da Força. Em face ao exposto, para aplicação deste trabalho, serão descritos, no próximo item, os conceitos de Operações Anfíbias, que é um dos tipos de operação militar do Poder Naval.

2.4 OPERAÇÕES ANFÍBIAS

Neste item do capítulo de fundamentos teóricos, iniciaremos esclarecendo o conceito de operações anfíbias, em seguida, apresentaremos suas características e formas de emprego, com destaque na Projeção de Poder, bem como serão comentadas as possibilidades de aplicação em situações não só relacionadas ao uso da força, mas também como a ajuda humanitária.

Iniciamos a conceituação desse tipo de operação militar, na esfera do Ministério da Defesa, onde o Manual de Operações Anfíbias (Brasil, 2020) contextualiza a OpAnf, no quadro das Operações Conjuntas das Forças Armadas, como um tipo de operação de projeção de poder, de caráter naval, lançada do mar sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, para cumprir missão designada pelo Estado. Não obstante, pela ótica específica da

Marinha, conforme o Manual de Operações Anfíbias da Marinha (ComOpNav-542, 2000), a obtenção ou manutenção dos Objetivos Nacionais, independente se em tempo de paz, crise ou guerra, requer que o Poder Naval desempenhe, eficazmente, as TBPN, já mencionadas anteriormente. Dentre tais tarefas fundamentais da MB, a tarefa de projetar poder sobre terra abrange uma variedade de operações militares, também elencadas no capítulo anterior. Nesse enquadramento, a OpAnf é definida como um ataque lançado do mar, realizada pelo conjugado formado pela Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf) e Força de Desembarque (ForDbq) contra um litoral hostil ou potencialmente hostil, classificadas como o tipo de operação mais complexa e completa realizada em um Teatro de Operações (ComOpNav-542, 2000). Elas são ditas complexas porque podem envolver elementos de diversas forças singulares e grande variedade de sistemas de armas, navios, aeronaves e elementos terrestres. Bem como são narradas como completas porque, além das ações anfíbias que as nomeiam, podem incluir operações típicas de ataque, operações antissubmarino, contramedidas de minagem e operações especiais, além de ações de guerra eletrônica, cibernética, defesa aeroespacial, guerra acústica e defesa nuclear, biológica e química (ComOpNav-542, 2000).

A natureza complexa das operações anfíbias exige elevado nível de coordenação entre as forças navais, terrestres e aéreas, desde o planejamento até a execução e controle das operações. Além disso, mediante aos desafios provenientes do mundo moderno e a possibilidade de incertezas no planejamento, com a presença de novos obstáculos, defesas inimigas e alterações das condições marítimas, aumentam os riscos e as dificuldades a serem enfrentadas por esse imenso esforço operacional¹⁴. Portanto, necessitam de planejamento cuidadoso e detalhado, treinamento integrado e uma gama de capacidades, incluindo capacitação e meios de apoio de fogo, embarcações típicas de desembarque, sistemas de apoio logístico e sistemas de comando e controle (C2) eficientes.

Embora todas as operações militares apresentem necessidade de preparo cuidadoso e planejamento bem detalhado, o planejamento de OpAnf exige uma atenção distinta, devido à necessidade de coordenação de diversos tipos de operações e ações de Guerra Naval, as quais ocorrem de maneira sequencial e, às vezes, simultânea, geralmente com grande esforço operacional. Portanto, é

¹⁴Esforço operacional refere-se à mobilização e coordenação de todos os recursos disponíveis para a operação a fim de apoiar suas ações e de alcançar os objetivos durante a execução da operação (JP 3-02, 2019).

essencial envidar esforços para realizar um estudo detalhado da área de operação para delimitar a área do objetivo anfíbio e determinar a viabilidade do desembarque, na cabeça de praia (CP), onde ocorrerá a projeção da maior parte do esforço operacional, pela ForDbq, que se trata da ação direta do Poder Naval, no “Dia-D” e “Hora-H”¹⁵ (Brasil, 2008). Essa área representa o ponto crítico desse tipo de operação, bem como viabiliza alcançar os objetivos, da Força e do Estado, em terra.

Segundo o Manual de Operações Anfíbias do MD (Brasil, 2020), tendo em vista que as operações anfíbias se concretizam por “entrada forçada” pelo mar, sendo imprescindível o controle de todas as dimensões¹⁶ da área do objetivo anfíbio, tais operações são aplicadas às três Forças Armadas e sua melhor eficiência se dá mediante a “operações conjuntas”¹⁷, mas requerem soluções adequadas para os inúmeros e variadas formas de desafios, exigindo uma doutrina operacional bem fundamentada, especializada e detalhada. Sendo assim, em face à preponderância do caráter naval, com foco na aproximação e transição do ambiente marítimo para o terrestre, onde o movimento navio-terra (MNT) é um dos momentos mais vulneráveis da força, cabem às marinhas, como no nosso país, cabe a Marinha do Brasil, a responsabilidade por esse tipo de operação.

Ao longo das inúmeras operações anfíbias realizadas ao longo da história foram comprovadas as necessidades de prover soluções adequadas e específicas à complexidade desse tipo de operação. Assim, as OpAnf são subclassificadas em modalidades, para melhor especificidade dos planejamentos e execuções, as quais compreendem o assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia, retirada anfíbia e projeção anfíbia (Brasil, 2008). Bem como, atualmente, também podem ser utilizadas em questões humanitárias (Brasil, 2020).

¹⁵ O Dia-D é a denominação dada ao dia previsto para o início da operação anfíbia. A Hora-H é aquela escolhida para que a 1ª vaga de assalto por superfície abique na praia (Brasil, 2008).

¹⁶ Dimensões submarina, superfície, aérea, espaço e ciberespaço (Brasil, 2015).

¹⁷ Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto (Brasil, 2015).

3 PESQUISA HISTÓRICA

Inspirado pela narrativa pregressa do teórico militar prussiano Carl von Clausewitz, porém mais tarde reafirmada por Mahan: “o estudo da história é o alicerce para todas as boas conclusões e práticas militares”¹⁸ (Mahan, 1890; tradução própria), dessa forma, neste capítulo, apontaremos algumas narrativas ocorridas, com exemplos de projeções de poder e algumas famosas Operações Anfíbias, a fim de conhecer e refletir sobre as evidências históricas desse tipo de operação, de modo a facilitar a compreensão dos conceitos de projeção de poder das OpAnf a serviço do Estado.

3.1 EXEMPLOS HISTÓRICOS DE PROJEÇÃO DE PODER

A projeção de poder tem sido frequentemente utilizada nas relações internacionais desde o início da civilização, com o passar dos anos, foi observado que essa capacidade passou por várias transformações e evoluções, juntamente com os avanços da tecnologia, das políticas e da sociedade. Porém, sempre manteve a sua essência, de ser uma ferramenta vital para os Estados, possibilitando projetar suas expressões de poder em busca dos seus interesses.

No mundo antigo, a projeção de poder estava, frequentemente, ligada à expansão territorial e à conquista militar, conforme descrito na obra dos historiadores Hamblin e Oppenheim (2001). Exemplos de tal fato, podemos citar os antigos egípcios, sob o império do faraó Tutmés III, que expandiram suas influências pela África e Oriente Médio, e os persas sob Ciro, o Grande, que criaram um dos maiores impérios da época. Esses impérios iniciais dependiam de grandes exércitos, fortificações imponentes e demonstrações de riqueza para projetar poder e intimidar rivais (Hamblin e Oppenheim, 2001). A expansão territorial e amplificação das riquezas daqueles impérios eram as conclusões das vontades dos líderes que almejavam suas ambições expansionistas da sociedade daquele tempo.

Durante a Idade Média, a projeção de poder tornou-se mais complexa e dinâmica, com a introdução da diplomacia, administração e a religião. No auge do Império Romano, por meio da projeção do poder imperial, sua expansão havia

¹⁸ “*the study of history is the foundation for all good conclusions and military practices*”(Mahan, 1890).

chegado a tal ponto que governava um vasto território, desde as Ilhas Britânicas até o extremo do Oriente Médio. Seu sucesso veio por meio das colossais legiões¹⁹, que se projetavam e conquistavam militarmente, ou influenciavam pelo *hard power* de forma política e comercial, para depois manter a dominação com infraestrutura, sistemas administrativos organizados e assentados em leis. Já o Império Bizantino estendeu sua influência por meio de uma rede de alianças com outros povos, casamentos e conversões religiosas. Enquanto os califados islâmicos espalharam sua influência cultural e religiosa combinado às suas conquistas militares (Hamblin e Oppenheim, 2001). Observa-se uma evolução na forma política de relacionamento entre nações, deixando de existir somente a antiga forma de projeção de poder, ligada à expansão territorial e à conquista militar.

Na era moderna, as Grandes Navegações e a ascensão do colonialismo trouxeram novas dimensões à projeção de poder. Assim como relatado pelo historiador Geoffrey Blainey (2008), potências europeias como Espanha, Portugal, Grã-Bretanha e França se projetaram e expandiram suas influências globalmente. Este período foi marcado pelo desenvolvimento de vastas frotas navais, mercados comerciais fortificados e redes de alianças, permitindo que essas nações projetassem poder sobre grandes distâncias e mantivessem controle sobre extensos territórios. Destaca-se, no século XIX, o Império Britânico, que emergiu como a potência global dominante, com colônias e territórios em todos os continentes, sustentando seu poder por meio de uma poderosa marinha, diplomacia, poder econômico e influência cultural (Blainey, 2008). Nota-se o desenvolvimento da sociedade da época, principalmente com a expansão do comércio marítimo, o surgimento de inúmeras colônias pelo mundo, o enriquecimento das nações europeias, sem falar nas transformações causadas pela revolução industrial. Até então, observava-se uma sobrepujança dos poderes tangíveis dos Estados.

O século XX introduziu uma nova época para a projeção de poder, caracterizada por rápidos avanços em tecnologia militar, como aeronaves, submarinos e armas nucleares. Durante a Guerra Fria, EUA e União Soviética disputaram a influência global, utilizando uma ampla gama de estratégias, desde intervenções militares, até operações secretas, campanhas de propaganda, demonstração de poder em investimentos militares e projetos espaciais (Blainey,

¹⁹ Entre os romanos, era o corpo da tropa; no tempo de César, a legião compreendia 6.000 homens; unidade de milícia comandada por um coronel, constituída de vários grupos ou grupamentos. (<https://www.dicio.com.br/legiao/>).

2008). Mais ao final do século, o conflito em Kosovo é marcado como um caso distinto de projeção de poder, onde a OTAN interveio militarmente para cessar a violência e as violações de direitos humanos, perpetradas pelas forças sérvias contra a população albanesa de Kosovo. Esta intervenção, embora controversa em termos de legalidade²⁰ internacional, refletiu uma nova doutrina emergente de responsabilidade internacional e a capacidade das potências globais de projetar poder em resposta a crises humanitárias e violações dos direitos humanos (Gompert e Kaufman, 2000). Em uma breve análise da sociedade do século XX, presenciamos crescentes avanços que ocorreram nas áreas de tecnologia, direitos civis, movimentos sociais, arte e literatura. Mediante a um mundo que se apresentava mais volátil, incerto, complexo e ambíguo, os Estados do sistema internacional também sofreram mudanças, principalmente nas relações internacionais, em face às naturezas dos desafios globais contemporâneos, obrigando-os a adaptarem suas formas de buscarem seus interesses. Foi um século onde as formas dos poderes intangíveis dos Estados ganharam maiores relevâncias.

Por outro lado, a história nos revela, ainda assim, desafios associados à projeção de poder, como na Guerra do Vietnã (1955-1975), onde exemplifica os limites do poder político e do poder militar. Apesar do poderio militar e econômico dos EUA, após projetar seu *hard power*, os americanos não conseguiram se manter naquela guerra até atingir seus objetivos. Além dos fracassos políticos frente a opinião pública, também perderam essa campanha devido à guerra de guerrilha, em ambiente distinto, e à determinação das forças vietnamitas (Blainey, 2008). Este conflito sublinhou a necessidade de um Estado em buscar compreensão abrangente das condições políticas internas e também globais, além da necessidade de atentar para compreensão das características ambientais e limitações logísticas específicas.

Estes exemplos históricos, tanto de sucesso quanto de fracasso, oferecem lições valiosas para compreendermos distintas formas de projeções de poder, enfatizando a importância das capacidades de projeção, da adaptabilidade às conjunturas vigentes, do entendimento das condições políticas e condições ambientais e, principalmente, da necessidade de estar adequado a realizar uma abordagem eficaz e equilibrada, que combinem ferramentas militares, econômicas e diplomáticas a serviço do Estado.

²⁰ Status jurídico ou condição do que está regularizado, de acordo com a(s) lei(s) (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-da-legalidade-administrativa>).

3.2 EXEMPLOS HISTÓRICOS DE NOTÁVEIS OPANF, EVOLUÇÕES E QUESTIONAMENTOS

A história oferece inúmeros exemplos de operações anfíbias realizadas desde os tempos mais remotos, onde só eram empregadas por meio de conflitos armados e buscavam a invasão e a conquista de territórios alheios, bem como, mais tarde, também empregada nos tempos modernos, pós-modernos, até contemporâneos, onde tal tipo de operação passa a ser utilizada a fim de demonstrar a presença e poder de Estado, ao passo que, também empregada como forma de missões de paz, sem o uso da força.

O Professor Dr. em história, Ricardo Cabral (2021), autor de artigos sobre história militar e geopolítica, em seu artigo “Operações Anfíbias” (2021), descreve que esse tipo de operação vem sendo realizada como ferramentas por algumas nações desde os primórdios tempos antigos. Ele cita exemplos como, no século XIII a.C., quando os Povos do Mar, que era uma confederação de grupos nômades e semi-nômades, como filisteus²¹ e shekelesh²², realizavam incursões vindas do mar, em várias regiões do Mediterrâneo oriental, incluindo o Egito, onde ocorreram várias ações de desembarque de tropas em litoral inimigo, visando progredir em direção ao interior para conquistar o território egípcio. Estes registros marcam as primeiras ocorrências desse tipo de operação (Cabral, 2001). E conforme visto anteriormente, tal forma de projeção de poder buscava a expansão territorial e aumento de riquezas daqueles impérios, meramente resultado das vontades dos líderes que almejavam ambições expansionistas, corriqueiras na sociedade daquela época.

Há registros de que os povos gregos e persas também faziam operações anfíbias regularmente. Uma das mais significativas operações de invasão vinda do mar foi realizada pelos persas, a Batalha de Maratona, em 490 a.C. (Cabral, 2021). Nessa batalha, as forças gregas lideradas por Atenas enfrentaram as forças invasoras do rei persa Dario I, compostas por uma força naval de 600 navios e 25.000 homens. Embora os persas contassem com esse imenso esforço militar, os atenienses, com apenas 10.000 cidadãos, conseguiram uma vitória folclórica, mostrando coragem e capacitação por parte do seu exército (Cartwright, 2013). Com

²¹ Grupos tribais associados com a região da atual Palestina (<https://es.wikipedia.org/wiki/Filisteos>).

²² Grupos tribais relacionados aos Sicilianos ou vindos da região da Sicília. (<https://es.wikipedia.org/wiki/shekelesh>).

base nos assentamentos históricos, até hoje não está claro o porquê que a Grécia era cobiçada pela Pérsia, justificando o motivo da invasão. Riqueza e recursos parecem ser motivos improváveis, no entanto, sugestões mais plausíveis incluem a necessidade de aumentar a ambição e o prestígio do rei Dario I ou de sufocar, de uma vez por todas, um conjunto de estados rebeldes, potencialmente problemáticos, assim como a Grécia (Cartwright, 2013). Independente dos fins escolhidos, esse tipo de operação servia aos propósitos dos líderes quando queriam projetar seu poder sobre outra nação.

Na Guerra do Peloponeso, 425 a.C., Atenas tinha a superioridade no mar, já Esparta tinha o domínio em terra. Porém, ao longo da guerra, após Atenas capturar a Ilha de Pilos, em frente à costa espartana, por meio de invasão vinda do mar seguido de bloqueio ao comércio marítimo espartano, o General Demóstenes, na espera do contra-ataque espartano, incitou às suas tropas: “Vocês são atenienses e sabem por experiência própria como é difícil desembarcar na presença do inimigo”. Os espartanos fizeram uma série de OpAnf para reconquistar a ilha, porém não obtiveram êxito (Rodrigues, 2011). Percebemos que o Poder Naval planejado pelo Estado ateniense para a invasão a Ilha de Pilos, por meio de operação anfíbia, também foi usado para controle de área marítima, a fim de realizar um bloqueio marítimo a Esparta. A frase de Demóstenes comprova que tal tipo de operação era recorrente, bem como, naquela época, já se sabia das dificuldades envolvidas para executá-la.

Já ao longo da Idade Média, entorno do século VIII d.C., eram frequentes as incursões e invasões pelos vikings²³, vindas do mar para terra, a fim de conquistar riquezas. Nesse período, também destacamos a invasão e tomada da Inglaterra, século XI d.C., pela força naval de Guilherme, duque da Normandia, reivindicando a sucessão ao trono inglês após a morte do rei Eduardo, seu primo, que não havia deixado herdeiros diretos (Cabral, 2021). Nesse caso de invasão seguida de tomada de área, observamos que a força naval que havia sido formada tinha capacidades operacionais expedicionárias, ou seja, capacidade de projetar poder em local distante e hostil e apoiar a sustentação das forças em terra, característica típica do

²³ Os vikings eram escandinavos provenientes das regiões que hoje compreendem a Noruega, Suécia e Dinamarca; constituídos por navegadores, guerreiros, comerciantes e exploradores escandinavos que, entre os séculos VIII e XI, realizaram incursões e estabeleceram colônias em várias partes da Europa, influenciando a formação de Estados medievais e deixando um legado cultural duradouro (<https://es.wikipedia.org/wiki/vikings>).

conjungado Poder Naval com sua tropa de Fuzileiros Navais.

Mais tarde, a partir do século XVI, surgiram as primeiras tropas especializadas, ou seja, treinadas em ações anfíbias, com os turcos otomanos²⁴, sendo os pioneiros treinados, a executar ação real, na tomada de Malta, em 1565. Daí em diante, essas operações passaram a ser utilizadas por outras nações com mais frequência, bem como os navios de guerra começaram a incluir em suas tripulações um grupamento de militares com capacidades anfíbias, os fuzileiros (Cabral, 2021). As dificuldades percebidas na realização das OpAnf geraram, ao longo da história, a necessidade de planejar melhor as suas execuções, chegando ao profissionalismo através da criação de treinamentos específicos para os meios e a parcela da tropa envolvida com esse tipo de operação.

Ainda com base em Cabral (2021), observa-se que as mudanças em tecnologia militar influenciaram a favor da doutrina operativa e da estratégia do emprego das OpAnf. No século XIX, com o avanço tecnológico da época, houve o desenvolvimento da artilharia de retrocarga²⁵ e surgimento das granadas explosivas para os grandes navios, como couraçados, cruzadores e encouraçados, daí em diante as fortificações terrestres tornaram-se menos difíceis de serem suplantadas e dominadas. Também fruto da evolução tecnológica, no início do século XX, com o advento dos porta-aviões, o elemento aéreo foi incorporado aos ataques anfíbios, aumentando, significativamente, as possibilidades de ataque às barreiras inimigas e defesa da tropa de desembarque. Em seguida, foram desenvolvidos navios especializados para o transporte de tropas e de equipamentos para assalto à praia, como navios de guerra anfíbios e navios porta-helicópteros, além de blindados anfíbios e helicópteros de assalto (Cabral, 2021). Com a evolução da tecnologia e o consequente aperfeiçoamento das capacidades envolvidas nas operações anfíbias, mudam as percepções dos líderes de Estado sobre sua forma de emprego, acarretando maiores investimentos na área militar, principalmente voltados para essa forma de projeção de poder.

²⁴ Grupo étnico do Império Otomano, um vasto e influente império islâmico que existiu de 1299 a 1922, se originou na região da Ásia Central e migraram para a Anatólia (atual Turquia) (<https://es.wikipedia.org/wiki/Turcootomanos>).

²⁵ Termo utilizado para designar uma arma de fogo na qual tanto o projétil quanto o propelente são carregados através da "culatra" do cano da mesma; ao contrário das armas de carregamento pela "boca" do cano (antecarga), nas quais o projétil e o propelente são introduzidos pela parte frontal do cano ou da(s) câmara(s) da arma (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Artilharia>).

Entretanto, após ocorrerem tais mudanças doutrinárias e estratégicas com as operações anfíbias, ainda no século XX, esse tipo de operação caiu em descrédito, em consequência a má impressão causada pela campanha anfíbia realizada na Península de Galipoli (1917), que acabou se tornando um trauma militar (Rodrigues, 2011). Mas o próprio Rodrigues (2011) explica que o fracasso de Galipoli não foi conceitual, mas sim o resultado de uma série de problemas de execução, como o número reduzido de tropas treinadas e a falta de meios de desembarque apropriados. Ou seja, ainda se faziam necessárias mais evoluções e adaptações às capacidades e à doutrina anfíbia. O teórico estrategista militar Liddell Hart (1895; 1970), analisando a campanha de Galipoli, declarou que uma OpAnf em uma praia defendida era quase impossível, considerando-a uma das operações militares mais difíceis em uma guerra, depreciando a importância desse tipo de operação (Rodrigues, 2011).

Mediante a contínua evolução em tecnologia bélica no período das guerras mundiais, a concepção de emprego de operações anfíbias foi mais profissionalizada, com aperfeiçoamento na doutrina operacional e na estratégia de emprego. Surgiram, nas principais potências marítimas da época, as tropas anfíbias e os meios específicos, os quais passam a ser adestrados visando à projeção de poder sobre regiões litorâneas hostis. Os britânicos se aprofundaram nos estudos das OpAnf e tornaram-se grandes especialistas nesse assunto, de onde ocorreram as primeiras escrituras doutrinárias referente à necessidade do “conjugado anfíbio”²⁶, visando maior eficiência desse tipo de operação (Alexander; Bartlett, 1995).

Em 1940, após a invasão da França pelas forças alemãs, ocorreu a Operação Dínamo, ou retirada²⁷ de Dunquerque, que foi uma notável operação anfíbia realizada já na Segunda Guerra Mundial e foi considerada uma das maiores retiradas estratégicas da história militar. Quase 340 mil soldados aliados foram evacuados sob intenso bombardeio, entre 26 de maio e 4 de junho daquele ano, na cidade francesa de Dunquerque. Sendo que os estudos estratégicos, apresentados previamente ao primeiro-ministro britânico Winston Churchill (1874-1965), sugeriram a realização de uma operação anfíbia para tal missão, mas a princípio, essa ideia foi considerada extremamente complexa e impraticável (Ambrose, 1997). A falta de

²⁶ Conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir missões relacionadas à projeção do poder sobre terra (Brasil, 2015).

²⁷ Retirada Anfíbia compreende a retirada de tropas de litoral hostil, de forma ordenada e coordenada (Brasil, 2020).

técnica naquela época, mediante as variáveis ambientais e meteorológicas, e as grandes perdas de Galipoli ainda afetavam às decisões político-estratégicas para formar uma opinião segura sobre a utilização das OpAnf como um instrumento militar do Estado.

Em 1944, a resultante da combinação dos sistemas de apoio de fogo da época com os meios de desembarque, os quais evoluíam rapidamente, mudou a visão pós-Primeira Guerra Mundial. As operações anfíbias voltam a ganhar força, os “assaltos anfíbios”²⁸ tornaram-se impossíveis de serem impedidos. Cerca de 600 OpAnf foram realizadas ao longo da Segunda Guerra Mundial, variando suas complexidades de acordo com as áreas do objetivo anfíbio e o tamanho das ForTarAnf e ForDbq, desde pequenas “incursões anfíbias”²⁹ até grandes assaltos anfíbios. Assim, a arma operacional anfíbia foi um grande trunfo para os Estados aliados, já que seus avanços em direção às forças alemãs se iniciaram por meio das práticas das OpAnf. Os historiadores chamaram esse período de “A época de ouro das Operações Anfíbias”. As imagens das operações na Normandia, em Iwo Jima e em Okinawa entraram para os anais da História, refletindo o sucesso desse tipo de operação alcançado na Segunda Guerra Mundial. Em nova análise, agora no pós-Segunda Guerra Mundial, Liddell Hart retificou sua opinião sobre as OpAnf, concluindo que a ameaça de uma invasão europeia pelo mar teve um importante efeito como ferramenta estratégica ao dispersar, significativamente, o poder combatente alemão nas áreas de desembarque (Rodrigues, 2011). Dessa forma, observa-se que os Estados aliados conseguiram dispersar o esforço alemão do litoral para conquistar aquela área e dela projetar-se contra o inimigo, mediante a utilização do emprego de operações anfíbias.

Como marco histórico e militar, não podemos deixar de analisar a maior e mais complexa operação anfíbia da história, fonte de inúmeras pesquisas táticas e estratégicas, recontada em inúmeras literaturas, que foi a Operação Overlord, conhecida com a “Batalha da Normandia” ou o “Dia D”, em 6 de junho de 1944.

²⁸ Ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer firmemente uma ForDbq em terra. Normalmente, visa um dos seguintes propósitos: conquistar área para o desencadeamento posterior de ofensiva terrestre; conquistar área para o estabelecimento de base avançada; e negar o uso de áreas ou de instalações ao inimigo. O efeito desejado com a realização de um Assalto Anfíbio é a conquista de uma área (Brasil, 2015).

²⁹ Rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada. Propósitos: destruir ou neutralizar determinados objetivos; obter informações; criar uma diversão; e capturar, evacuar ou resgatar pessoal e material (Brasil, 2015).

Tratou-se de um vultuoso “assalto aeroterrestre”³⁰, por parte dos aliados, atrás das linhas de defesa ao longo da costa da Normandia, agregado ao assalto anfíbio nas praias locais, associado a bombardeios navais e aéreos nas posições nazistas (Cabral, 2021). Ao longo da operação, ocorreram vários assaltos anfíbios, onde os registros históricos apontam para 4.000 navios que transportaram cerca de 176.000 homens através do canal da mancha, escoltados por mais 600 navios do Poder Naval dos Estados aliados, que também proveram apoio de fogo naval durante a invasão (Alexander; Bartlett, 1995). Ainda nesse período, Liddell Hart (1983) concluiu seus estudos valorizando as OpAnf como a melhor arma estratégica do Poder Naval da época, afirmando:

A flexibilidade anfíbia é a maior arma estratégica que um Poder Naval possui. Ela cria uma diversão à concentração do inimigo continental que é mais do que vantajosamente desproporcional aos recursos empregados.³¹ (Hart, 1983; p. 213, tradução própria).

Questões decisivas que contribuíram para o sucesso da Operação Overlord e deixaram um legado em forma de lições aprendidas foram, além da superioridade e da tecnologia bélica empregada pelos meios navais americanos, constatou-se o detalhamento do planejamento e o estudo prévio aprofundado das características da região da área do assalto e projeção, resultando em desembarques ocorridos pelo litoral, ao longo de cerca de 80 quilômetros. Também, ocorreram levantamentos sedimentológicos³² das praias selecionadas, bem como minucioso estudo e acompanhamento meteorológico e oceanográfico, os quais foram decisivos no planejamento e na execução do assalto anfíbio (Ambrose, 1997), obtendo uma análise eficiente das condições climáticas e da marés na área do objetivo anfíbio para o momento propício do “Dia-D e Hora-H”.

Entre 1945 e 1950, com o advento da arma nuclear, muitos analistas julgaram que as operações anfíbias eram válidas apenas para as circunstâncias peculiares, mas irrelevante nos campos de batalha do futuro (Rodrigues, 2011).

³⁰ Missão aérea destinada a executar a introdução de forças paraquedistas e seus equipamentos, prioritariamente, por lançamento e, eventualmente, por meio de pouso, com a finalidade de conquistar uma região no terreno de significativa importância para o cumprimento da missão das forças de superfície (Brasil, 2015).

³¹ *“The Amphibious flexibility is the greatest strategic weapon that a Naval Power has. It creates a diversion to the concentration of the continental enemy that is more than advantageously disproportionate to the resources employed.”*

³² Estuda as partículas de sedimentos derivados da erosão de rochas ou de materiais biológicos (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Sedimentologia>).

Conseqüentemente, começaram a ser questionadas as necessidades da marinha de guerra e desse tipo de operação (Alexander; Bartlett, 1995). Em julho de 1946, os EUA realizaram testes nucleares no atol de Bikini, no Oceano Pacífico, simulando um ataque a uma Força-Tarefa Anfíbia, causando alarme nas marinhas devido às implicações para a execução de OpAnf e exigindo uma revisão doutrinária visando desenvolver novas técnicas e capacidades para conduzi-las perante a era nuclear (Rodrigues, 2011). As análises concentraram-se na vulnerabilidade do “movimento navio-terra” (MNT)³³ e nas possibilidades inerentes ao uso de helicópteros (Alexander; Bartlett, 1995). Dessa forma, mesmo que as Operações Anfíbias tenham mostrado sua relevância durante a Segunda Guerra Mundial, as dúvidas sobre sua eficiência ressurgiram, com base em análises precipitadas e impressionadas com a ameaça nuclear. Todavia, com o passar dos anos, além de ser uma arma cara para aquisição de certos países, houve entendimentos e acordos para restrições ao uso de armas nucleares, os quais diminuiriam consideravelmente a probabilidade dessa ameaça ocorrer.

Na Guerra da Coreia (1950-1953), foi realizada uma operação anfíbia em Inchon, fundamental para o resultado final daquele conflito. O assalto anfíbio foi um sucesso, mesmo mediante as desfavoráveis condições ambientais do local. Essa operação reconquistou o reconhecimento das OpAnf ao provarem sua grande importância estratégica, diminuindo a pressão nas discussões sobre sua eficácia perante a era nuclear (Alexander; Bartlett, 1995). Aquele assalto anfíbio foi uma forma eficiente de projetar poder no contexto da Guerra Fria. Pois, no intuito de dar uma resposta rápida a presença e influência socialista naquele conflito, formou-se uma coalizão³⁴ do bloco capitalista, liderada pelos EUA, autorizada e coordenada pela ONU, para defender a Coreia do Sul, contra a Coreia do Norte, apoiada pelos socialistas União Soviética e a China. A OpAnf em Inchon inverteu rapidamente o resultado da guerra em favor dos EUA e da coalizão, pois os norte-coreanos entraram em colapso e retraíram desorganizadamente, abrindo caminho para a derrota.

³³ O MNT é uma etapa da fase do Assalto que compreende o movimento ordenado de tropas, equipamentos e suprimentos dos navios de assalto para as praias selecionadas na área de objetivo anfíbio, nas formações e sequência determinadas pelo Conceito da Operação em Terra (COT).

³⁴ Uma coalizão refere-se à união temporária de países, partidos políticos, ou grupos com interesses comuns, visando alcançar objetivos específicos que seriam difíceis de conseguir independentemente. No âmbito das relações internacionais, coalizões são formadas para ampliar a influência política, resolver conflitos, promover a paz, ou responder a desafios globais como mudanças climáticas e terrorismo (Nye Jr, 2009).

Durante a Guerra Fria, houve um rápido avanço na tecnologia de mísseis, como parte da corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética. Face ao exposto, as marinhas pelo mundo passaram a temer essa evolução dos mísseis, receosas da vulnerabilidade dos navios ao se aproximarem do litoral. Desta forma, os questionamentos a respeito do futuro das OpAnf ganharam, novamente, força durante a Guerra do Vietnã (1959-1975), onde, basicamente, apenas incursões de pequeno vulto foram realizadas (Rodrigues, 2011). Observa-se mais um período de dúvidas sobre a eficácia desse tipo de operação, no entanto, com a maior frequência de incursões de pequeno vulto, aperfeiçoa-se a modalidade de incursão anfíbia. Nessa guerra, ocorreram 73 incursões anfíbias durante missões com o objetivo de destruição ou conquistar áreas estratégicas e interromper o fluxo logístico norte-vietnamita. Essas operações não resultaram em grandes baixas para o inimigo, o que, na época, era considerado um indicador de eficiência da guerra (Alexander; Bartlett, 1995).

As OpAnf recuperaram, novamente, seu prestígio como importante ferramenta de projeção de poder, após a Guerra do Vietnã, quando a estratégia do mundo bipolar, tanto para EUA quanto para ex-URSS, passaram a valorizar as águas rasas e a captura antecipada de estreitos estratégicos para facilitar a passagem de suas esquadras ou proteger um flanco em uma guerra terrestre. Não obstante, alguns desafios significativos persistiram, como a capacidade de transporte de tropas, a construção de novos navios e meios anfíbios, e as vulnerabilidades das forças anfíbias a ataques de mísseis antinavios, além do lançamento de minas. Para superar esses obstáculos, chegou-se à conclusão de que as operações anfíbias deveriam ser lançadas além do horizonte. Para tal, o avanço tecnológico entrou novamente em ação, criando os meios conhecidos como Over The Horizon³⁵ (OTH), transformando profundamente a maneira tradicional de realizar guerras anfíbias. Esse avanço trouxe, conseqüentemente, a vantagem da surpresa tática e eliminou os perigosos desembarques próximos das praias fortemente defendidas. Além disso, reduziu o risco de efeitos políticos negativos que poderiam surgir com o afundamento de muitos navios com seus marinheiros e

³⁵ Os sistemas e meios com a tecnologia conhecida como Além do Horizonte (tradução de Over the Horizon) são sistemas capazes de detectar e identificar alvos localizados a grandes distâncias no mar. Permitem detectar ou atacar até 200 milhas náuticas da costa (cerca de 370 quilômetros), ultrapassando a linha de visada direta dos radares convencionais (<https://www.defesaaereanaval.com.br/analise/as-operacoes-anfíbias-se-adaptando-para-o-futuro>).

fuzileiros navais (Alexander; Bartlett, 1995).

Em 1982, a Guerra das Malvinas reafirmou a importância, a viabilidade e a utilidade das operações Anfíbias, confirmando antigas lições aprendidas e apresentando novas perspectivas doutrinárias de emprego, como a comprovação da necessidade de realizar desembarques de modo OTH, de investir em navios de desembarque maiores e mais sofisticados, assim como helicópteros de ataque e veículos anfíbios modernos, além de melhorar as capacidades de guerra eletrônica e defesa antimíssil para proteger as forças durante as operações anfíbias (Till, 2009). Desta forma, observa-se que surgiram novas concepções de emprego desse tipo de operação, bem como novos meios para as missões que envolvem desembarque anfíbio, garantindo a exequibilidade desse tipo de projeção de poder, mesmo mediante aos avanços tecnológicos dos mísseis e das defesas de costa.

Outro exemplo de eficiência das OpAnf foi a “demonstração anfíbia”³⁶ dos norte-americanos na Operação *Desert Storm*, durante a Segunda Guerra do Golfo. Seu principal objetivo foi agir como uma distração, desviando a atenção das forças iraquianas da verdadeira invasão terrestre. Com uma ForTarAnf posicionada nas proximidades da costa do Kuwait, navios e fuzileiros navais realizaram manobras e exercícios anfíbios naquela área, criando a impressão de que uma invasão por mar estava iminente. Tal manobra forçou o Iraque a manter uma parte significativa de suas tropas e recursos defensivos ao longo da área costeira, esperando uma invasão que nunca ocorreu. Enquanto isso, a coalizão de mais de 30 países, liderada pelos EUA, realizou o ataque principal através da fronteira ocidental do Kuwait e sul do Iraque, pegando as forças iraquianas de surpresa e permitindo um avanço rápido e decisivo (Alexander; Bartlett, 1995). A utilização da OpAnf como estratégia de distração e dispersão das forças iraquianas foi eficaz, bem como reduziu a resistência pelo flanco do avanço terrestre, contribuindo significativamente para alcançar o objetivo principal da coalizão internacional que era enfraquecer e forçar a retirada das forças iraquianas do Kuwait, as quais representavam um atentado contra a soberania kwaitiana, além de ameaça à estabilidade geopolítica regional e à segurança dos fluxos de petróleo.

³⁶ É uma forma de demonstração de Força onde o contato com o inimigo não é desejado. Consiste na aproximação de uma Força Naval do território inimigo, sem a ocorrência de desembarque, a fim de ludibriá-lo, forçando o emprego de suas Forças de maneira desfavorável, gerando dúvida com relação ao verdadeiro local do desembarque (Brasil, 2020).

4 POSTURAS ESTRATÉGICAS DA ATUALIDADE

Vimos nos capítulos anteriores que, desde os primórdios das civilizações, projetar poder sobre territórios hostis, como as operações anfíbias, estava frequentemente ligado à expansão territorial e à conquista de riquezas, para satisfazer a vontade dos líderes das nações, impérios e tribos. Depois, do período das grandes navegações até o século XVIII, observou-se que projetar poder globalmente, principalmente em territórios ultramarinos, possibilitou o crescimento político e econômico do Império Britânico (Mahan, 1890). Mais tarde, foram legitimamente relacionadas às ações de influência dos Estados, por intermédio do seu *hard power*, como na Guerra Fria, ou por ações de apoio humanitário pelo *soft power* (Till, 2009). No contexto geopolítico da atualidade, a projeção de poder vem passando por uma grande evolução, abrangendo uma variedade de ferramentas militares, diplomáticas, formas distintas de aplicação de poder tangíveis e intangíveis, assim como a utilização do prestígio ou da informação prestada por cada Estado. Esses métodos contemporâneos foram desenvolvidos para se ajustarem ao ambiente global em constante transformação e complexidade, garantindo a proteção dos interesses nacionais diante de novos desafios, bem como em proveito das oportunidades. Apesar disso, verificamos que, ainda no século XXI, vários países pelo mundo, que se preocupam com seu Poder Marítimo e querem buscar amplas relações internacionais, estão dando mais atenção em preparar seu Poder Naval para participar de expedições distantes, a fim de atender aos desejos políticos, contribuindo para assuntos de defesa da sua soberania, de outros e para o sistema internacional marítimo, conforme narrado por Till (2005). Desta forma, neste capítulo, iremos examinar como alguns importantes países estão aplicando suas posturas estratégicas, conduzindo uma reformulação nas suas marinhas, de modo a manter suas capacidades de projeção de poder a partir do mar, como as operações anfíbias, mantendo-as como uma ferramenta a disposição das políticas do Estado, mesmo diante de novos desafios.

4.1 COMPLEXIDADES DA PROJEÇÃO DE PODER MODERNA

Após termos embasado essa dissertação com fundamentos teóricos e depois termos apontados fatos históricos, passamos a pesquisar sobre as atuais posturas

de projeção de poder pelo mundo. A fim de buscar uma ótica mais atualizada sobre tal assunto, chegamos ao empreendedor, estrategista e filantropo Julien Florkin (2024), especializado no desenvolvimento e aplicações de IA³⁷, que combina inovação e visão estratégica. Em seu site³⁸, ele descreve e explica as ferramentas de projeção de poder utilizadas recentemente pelos Estados frente as atuais ameaças e cenários em evolução.

Florkin inicia seus apontamentos mencionando sobre o impacto da tecnologia dos avanços militares na projeção de poder, ressaltando que foi muito significativo e alterou profundamente as estratégias contemporâneas. A introdução de armas e munições guiadas com precisão, como bombas inteligentes e mísseis de cruzeiro, permitiram ataques precisos com o mínimo de danos colaterais, aumentando a eficácia e a dissuasão militar como ferramenta de imposição dos Estados, mitigando prejuízos e críticas da sociedade (Florkin, 2024). Outra aplicação de alta tecnologia foi na ascensão do emprego dos drones e demais sistemas não tripulados, os quais ampliaram as capacidades militares dos Estados, permitindo suas inclusões em diferentes tipos de operações que vão desde a vigilância até assaltos e ataques direcionados, tudo isso enquanto minimizam o risco para as suas próprias tropas. A guerra cibernética também emergiu como uma ferramenta crucial, permitindo a desestabilização de infraestruturas críticas e o roubo de informações, como se fosse uma guerra híbrida, sem o uso direto da força militar (Florkin, 2024). Os avanços tecnológicos militares potencializaram o *hard power* dos Estados.

Tal *hard power* é importante para permear a diplomacia e relações. As alianças e parcerias, como a OTAN e a União Europeia, fortalecem as capacidades de projeção de um país, desde cunho político ao militar. A política econômica, por meio de acordos comerciais e sanções, servem como um meio poderoso para influenciar o comportamento de outras nações e garantir interesses geopolíticos. O *soft power*, que inclui a promoção da cultura e dos valores políticos, permite a extensão da influência de um país sem recorrer à força militar, ampliando sua presença global de maneira pacífica. Na era digital, a informação e a percepção tornaram-se componentes cruciais na projeção de poder. A guerra de informação,

³⁷ Inteligência artificial (IA) é a capacidade que certos computadores e máquinas têm de realizar tarefas que normalmente necessitam da inteligência humana. Por exemplo: aprender, solucionar problemas, reconhecer padrões, entender linguagens e tomar decisões (https://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%Aancia_artificial).

³⁸ <https://julienflorkin.com/pt/geopol%C3%ADtica/proje%C3%A7%C3%A3o-de-poder>

que envolve propaganda e desinformação, busca influenciar a opinião pública e minar adversários. As mídias sociais e a diplomacia digital transformaram a interação das nações com o público pelo mundo, permitindo moldar narrativas e promover e despromover interesses nacionais em qualquer parte do planeta. Na atualidade, uma comunicação estratégica eficaz é vital para gerenciar percepções e construir o apoio para políticas, dissuadindo adversários e legitimando ações no cenário internacional (Florkin, 2024).

Esses métodos modernos ressaltam a complexidade da geopolítica contemporânea, exigindo uma abordagem diversificada das formas de projeções de poder que combinam recursos militares, diplomáticos e informativos para salvaguardar interesses estratégicos frente ao mundo em constante evolução. Em seguida, examinaremos alguns exemplos das reais práticas que ilustram as atuais estratégias utilizadas pelas grandes potências.

4.2 ATUAIS POSTURAS ESTRATÉGICAS DE ESTADO

Como ator principal, natural em discussões sobre temas globais, já que as suas ações e políticas, causam repercussões significativas em todo o mundo, iniciaremos essa análise pelos Estados Unidos. Atualmente, sua estratégia de projeção de poder é caracterizada por uma abordagem multidimensional que abrange ferramentas militares, diplomáticas e informativas. Cabe ressaltar que os EUA dá primordial atenção a vertente militar, a qual exerce papel importante em todo o leque da projeção de poder americana, pois geram uma presença estratégica, atua como poderoso dissuasor e respaldo a sua diplomacia (Till, 2009). No campo diplomático, participam ativamente na construção de alianças e parcerias, utilizando sua influência para moldar normas internacionais ao seu favor e promover valores democráticos e humanitários. Iniciativas como a parceria estratégica “Quad”³⁹ e o apoio à OTAN são exemplos, dentre muitos outros, de como o país projeta poder diplomaticamente. Economicamente, utilizam seu poder de influência para impor sanções a adversários e fornecer ajuda e investimentos a aliados, manobrando

³⁹ Diálogo de Segurança Quadrilateral, também conhecido como Quad (em inglês: *Quadrilateral Security Dialogue*), é um fórum estratégico informal entre Estados Unidos da América, Japão, Austrália e Índia que é mantido por meio de cúpulas semirregulares, trocas de informações e exercícios militares entre os países-membros (https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1logo_de_Seguran%C3%A7a_Quadrilateral).

comportamentos internacionais em favor de seus interesses. Além disso, na guerra de informação, além da tecnologia avançada, os EUA utilizam como estratégia o poder da sua opinião política em meios de comunicações globais, construindo narrativas e combatendo a desinformação, por intermédio da manipulação de plataformas de programas de rádio e televisão, como a *Voice of America*, a *Radio Free Europe* e a *Radio Liberty*, a fim de promover seus valores e ideais (Florkin, 2024).

Com o propósito de uma análise mais apurada da capacidade militar, ainda tão importante para os EUA nos dias de hoje, iremos entendê-la. Primeiramente, com base no debate de Till (2005) sobre o sistema internacional marítimo, ele explica que, no atual século, a projeção de poder sobre terra, que os norte-americanos denominam *Sea Strike*, utiliza o mar de modo a dissuadir e neutralizar as ameaças ao sistema marítimo, pois admitem deter a responsabilidade de prover a segurança do sistema internacional. Assim, o congresso americano concordou em autorizar investimentos estratégicos em defesa para que, especialmente a marinha, ampliasse suas capacidades para respostas rápidas e dissuasivas. Essas capacidades militares atendem ao propósito do Estado de atuar em áreas costeiras estratégicas, onde possam surgir ameaça ao sistema em geral, para dissuadir e impedir ações adversárias. Isso requer a interligação de numerosas unidades menores, criando diversos grupos que sejam flexíveis, ágeis e bem armados, para se fazerem presente em várias áreas de interesse internacional, porém representando o poder do Estado americano. Embora essas unidades sejam menores, devem ser flexíveis quanto às ameaças e ao ambiente, bem como estarem adestradas para cumprir a missão de projetar poder, ofensivamente ou defensivamente. Esses grupos de Navios também devem compor unidades maiores, que podem oferecer suporte quando necessário, se estendendo de forma expedicionária (Till, 2005).

Essa nova estratégia americana está alinhada com a doutrina naval contemporânea, que valoriza a agilidade e a flexibilidade, produzindo respostas rápidas, independente do oponente e do ambiente. Contudo, em apoio a esses inúmeros grupos de Navios menores, também há o emprego de meios multipropósitos para atender a necessidade para prover *sea basin* em operações extensas, próximas aos litorais, ou "manobra litorânea", como definido pelos americanos, que abrange uma ampla gama de operações navais, desde projetar

poder sobre terra por meio de operações anfíbias contra tropas adversárias, regulares ou não, até missões de apoio em áreas litorâneas afetadas por desastres naturais, como tsunamis ou outras causas humanitárias (Till, 2005). Dessa maneira, depreendemos que em meio as distintas formas de projetar poder, os EUA não abrem mão de manterem-se preparados para empregar o seu Poder Naval, inclusive preparados para o rápido emprego expedicionário, geralmente aplicado com as operações anfíbias.

Outro fato que comprova a importância americana em se manter apto em projetar poder militar são os contínuos investimentos militares para manter-se atualizado frente as novas ameaças do mundo moderno, como os novos sistemas antiacesso/negação de área, o famoso A2/AD, novos mísseis antinavio, armas de ataque de precisão e outras tecnologias emergentes que deixaram as forças de projeção, como as tropas de assalto e desembarque, vulneráveis. Assim, os EUA estão investindo no aprimoramento das suas capacidades militares e, de acordo com sua estratégia, o seu Poder Naval e suas forças anfíbias, deixando-as mais personalizadas e equipadas. As mudanças incluem a adoção de novos sensores de comunicação e defesa, adoção de novas estruturas organizacionais para emprego da força e do seu transporte, a fim de garantir um elemento de surpresa seguro e eficaz (Reynolds, Padilha, Geneve, 2020). Durante seu comando (2019, 2023) no *United States Marine Corps*⁴⁰ (USMC), o general David Hilberry Berger, declarou a nova postura estratégica para as futuras operações anfíbias com o objetivo de combater as ameaças contemporâneas, inclusive a China, dentre outras. Em um artigo intitulado “*The Command Approach*”, o general Berger explica que aquelas operações anfíbias, com emprego de navios de grande porte, terminaram, por conta das ameaças das novas tecnologias. Ele detalha que a capacidade de projetar e manobrar grandes contingentes, mesmo a distâncias estratégicas, será provavelmente detectada por satélites e contestada, a partir do ponto de embarque, durante uma grande operação. Desta forma, ele defende que as forças expedicionárias navais devem se adequar aos novos adventos, sendo flexíveis e multipropósito. Suas composições devem incluir helicópteros modernos, navios de classe L, para desembarque, e classe E, para transporte de tropa expedicionária, mas também deve possuir outras opções necessárias, como plataformas não tripuladas e embarcações de comando e controle. Sendo assim, o general Berger

⁴⁰ Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (JP 3-02, 2021).

defendeu que os navios de assalto precisam ser menores, porém em maiores quantidades, combinados com plataformas autônomas para reconhecimento e retransmissão das comunicações, além de redes digitais que podem compilar e executar os algoritmos de solução de tiro (Reynolds, Padilha, Geneve, 2020). Assim, compreendemos como é importante para EUA em atentar para detalhes mínimos, mas que fazem a diferença nas suas capacidades de projeção de poder, cujo planejamento estratégico apresenta preocupação e atenção com as capacidades de operações anfíbias, mesmo mediante aos novos desafios tecnológicos.

Outro Estado que vêm buscando se contrapor aos EUA no protagonismo mundial é a China, sendo assim, vamos analisar sua atual postura estratégica. A ascensão da China como uma potência global está sendo marcada por uma abordagem cada vez mais assertiva na sua estratégia de projeção de poder, com foco no domínio regional e no desafio à ordem internacional vigente. A projeção comercial e militar tem sido pilares centrais dessa estratégia. A China vê nas suas capacidades de projeções o efetivo crescimento das suas influências, consequentemente o crescimento do Estado chinês. No setor de defesa, a modernização militar se dá com investimentos significativos no aumento de sua marinha, no desenvolvimento de armamentos e plataformas avançadas, como drones, o caça furtivo J-20 e o destróier Type 055 (Florkin, 2024). Esses avanços fortalecem a capacidade de projeção de poder da China, funcionando também como um dissuasor para potenciais adversários. No Mar da China Meridional, além do aumento do número de bases militares, também ocorreram construções de ilhas artificiais e a militarização de territórios disputados, conforme sua estratégia de projeção de poder através da expansão territorial. Cabe mencionar que houve aumento de tropas para cumprir essas intenções expansionistas.

Outra forma de projetar o poder do Estado chinês, foi a iniciativa do Cinturão e Rota da Seda, um ambicioso projeto de infraestrutura que visa conectar a Ásia, Europa e África, que, não só amplia a influência econômica da China, mas também estende potencialmente o seu alcance estratégico (Florkin, 2024). Não obstante, os chineses também têm investido no fortalecimento de seu *soft power*, promovendo sua cultura e ideais políticos por meio de iniciativas como os Institutos Confucios e mídias controladas pelo Estado. Complementando essas estratégias, a diplomacia digital emergiu como uma ferramenta vital, onde a China passou a utilizar redes

sociais para moldar narrativas globais e expandir sua influência no cenário internacional (Florkin, 2024), conforme também é feito pelos EUA.

O Reino Unido (RU), que é um Estados, dos mais antigos, classificado como influente no sistema internacional, desde sua expansão ultramarina do século XVIII, demonstra para outras nações, por exemplos práticos, o quanto é importante projetar seus interesses para além do seu território. Recentemente, suas estratégias de projeção se baseiam em diplomacia, com alianças políticas e econômicas, no retorno ao investimento militar e a manutenção de algumas possessões estratégicas, como Chipre, Gibraltar, Ilhas Malvinas/Falklands e o atol Diego Garcia, as quais permitem uma projeção de poder e resposta rápida às crises (Hyde-Price, 2007). A estratégia militar atual luta contra os históricos contingenciamentos econômicos, porém, está planejada com foco no reaparelhamento para guerras litorâneas e projeção de poder como força de intervenção, expedicionária e aérea.

A projeção de poder sempre esteve presente no pensamento militar do RU, desde os seus interesses residuais além-mar de outrora, mas também pela conjuntura internacional contemporânea em curso, a qual voltou a chamar as atenções do parlamento britânico (Hyde-Price, 2007). A estrutura organizacional da *Royal Navy* melhorou notavelmente suas capacidades desde a experiência vivenciada na Operação *Corporate*, na Guerra das Malvinas em 1982. Atualmente, está voltada para atender campanhas anfíbias e litorâneas, "*litoral manoeuvre*" e para manter a capacidade de projeção de poder como força de intervenção mínima para combate em águas abertas. Apesar de ter sofrido inúmeros contingenciamentos econômicos ao longo dos anos, seus Poderes Naval e aéreo foram reformulados, ao mínimo, para prover capacidades de atuar de forma independente em conflitos de pequena e média escala e para atender suas alianças em prol da OTAN e da ONU, aliados a ampliação das forças de reação rápida, de 30 mil para 50 mil efetivos. No que tange ao Poder Naval, a reativação das operações de porta-aviões, por meio dos novos *HMS Queen Elizabeth* e *HMS Prince of Wales*, e as atuais considerações sobre a expansão da frota, refletem esse foco estratégico do Estado britânico com a projeção de poder e preocupação com zonas litorâneas (Hyde-Price, 2007). Ressaltando que, essa reforma mínima é sustentada por um investimento de 2% do PIB em defesa (Reynolds, Padilha, Geneve, 2020), adequadas aos desafios contemporâneos, visando novas tecnologias e fortalecendo suas capacidades navais, aéreas, anfíbias e expedicionárias.

5 CONCLUSÃO

A história nos relata que o interesse e o poder sempre foram os substantivos comuns na vida dos seres humanos e nas relações internacionais. Deste modo, projetar o poder sempre foi uma necessidade, uma forma básica de conquistar e atingir objetivos. E, até os dias atuais, ainda é uma ferramenta onde as nações e líderes, de todo o mundo, continuam buscando os mesmos anseios, porém de formas diferentes, adaptados a complexidade e incertezas do sistema internacional hodierno.

Destarte, esta dissertação explorou a importância das projeções de poder e operações anfíbias como ferramenta de Estado, analisando-as sob diferentes perspectivas teóricas e por intermédio de fatos históricos. No segundo capítulo, apresentamos conceitos essenciais como a definição de poder, Poder Marítimo e Poder Naval. Tal qual, desenvolvemos a compreensão sobre o significado da projeção de poder e das OpAnf, fazendo comparações com a ótica de grandes pensadores como Alfred Thayer Mahan, Julian Stafford Corbett e Geoffrey Till, destacando o atual valor das projeções de poder dos Estados sobre outros territórios, para o desenvolvimento nacional e para a defesa da soberania e bem-estar humanitário internacional.

No capítulo embasado pelas pesquisas de fatos históricos, várias civilizações e nações, como a Grã-Bretanha e Estados Unidos, demonstraram que a habilidade de projetar poder via operações anfíbias foi crucial para alcançar objetivos estratégicos. A Operação *Overlord* comprovou que a missão de projetar poder militar, ao lidar com o impacto que as forças navais exerceram do mar para terra, vinculava-se aos preceitos de Corbett, consolidando assim o sucesso das Operações Anfíbias durante a Segunda Guerra Mundial. Outro fato histórico, na Operação *Desert Storm*, durante a Segunda Guerra do Golfo, a coligação liderada pelos EUA, após o fracasso da diplomacia, usou o *hard power* com o emprego de OpAnf, por intermédio do Poder Naval, conforme dito por Till, como uma estratégia eficaz de distração e dispersão das forças iraquianas. Isso contribuiu significativamente para alcançar o objetivo da coalizão internacional de enfraquecer e forçar a retirada das forças iraquianas, que ameaçavam a soberania do Kuwait, a estabilidade geopolítica regional e a segurança dos fluxos de petróleo para o mundo.

Ao final do desenvolvimento, debatemos sobre as posturas estratégicas da atualidade, demonstrando que mesmo frente a novos desafios, os Estados mantêm suas necessidades de se projetar e, desta forma, buscam manter suas capacidades de empregar OpAnf, como parte importante das suas estratégias de aplicação do *hard power*, caso falhem as relações diplomáticas. Assim, a pesquisa comprovou que a manutenção das capacidades de projeção de poder, especialmente por meio de operações anfíbias, é vital para um país que busca garantir sua soberania, proteger seus interesses estratégicos e manter a relevância no sistema internacional, como vêm sendo feito pelos EUA e RU. As operações anfíbias não apenas oferecem flexibilidade e alcance estratégico, mas ao longo das suas adaptações aos avanços sociais e tecnológicos, também passaram a proporcionar uma resposta rápida as crises e catástrofes, permitindo a projeção de força em qualquer área de interesse e a prestação de apoio humanitário.

Portanto, a manutenção da capacidade de projetar poder, como as operações anfíbias, são componentes essenciais para qualquer Estado soberano, assegurando o seu desenvolvimento comercial, sua soberania nacional, suas relações internacionais e contribuindo para o equilíbrio de poder no sistema internacional.

Com base nos achados desta pesquisa, arrematamos nosso pensamento abordando o Brasil, observando assim, que as capacidades de projeção de poder são fundamentais para alavancar o desenvolvimento do país, para a proteção do seu vasto território, a Amazônia Azul e seus entornos estratégicos, bem como para atender diretrizes da política externa brasileira. Na opinião deste autor, a Marinha do Brasil deve continuar a investir em treinamento e em tecnologias adequadas, que permitam potencializar suas capacidades de projeção de poder, principalmente a projeção do Poder Naval, em especial, a realização de operações anfíbias eficazes, aos moldes das reformulações dos EUA e RU. Assim, a MB se manterá pronta aos anseios do Estado brasileiro, adaptados ao cenário mundial, quer seja pela defesa da soberania, quer seja para apoiar à comunidade internacional.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Joseph H.; BARTLETT, Merril L. **Sea Soldiers in the Cold War: Amphibious Warfare, 1945-1991**. Annapolis: Naval Institute, 1995.

AMBROSE, Stephen E. **O Dia D, 6 de junho de 1944: a batalha culminante da Segunda Guerra**. Biblioteca do Exército, 1997.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-1 Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. 2008.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA 301: Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)**, Brasília, DF. 2023.

_____. _____. **EMA 310: Estratégia De Defesa Marítima (EDM)**. Brasília, DF, 2004.

_____. _____. **EMA-331: Manual de Planejamento Operativo da Marinha**. Brasília, DF, 2006.

_____. _____. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Disponível em:

https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf Acesso em: 17 de março de 2024.

_____. _____. **MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas. Vol. 1 / Conceito doutrinário**. BRASÍLIA, DF. 2020.

_____. _____. **MD30-M-01: Doutrina de Operações Conjuntas. Vol. 2 / Planejamento**. Brasília, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-2-2a-edicao-2020-dou178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2024.

_____. _____. **MD33-M-14: Manual de Operações Anfíbias**. 1ª Edição. Brasília, DF, 2020.

_____. _____. **MD34-M-03 Manual de emprego do direito internacional dos conflitos armados (DICA) nas forças armadas**. Brasília, DF, 2011.

_____. _____. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5 ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-2-2a-edicao-2020-dou178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília, DF, 2020.

CABRAL, Ricardo Pereira. **Operações Anfíbias**. 09 ago. 2021. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/operacoes-anfibias>. Acesso em: 17 de março de 2024.

CARTWRIGHT, Mark. **A Batalha de Maratona**. Word History Encyclopedia. Tradução: Rogério Cardoso. 2013. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/1-333/a-batalha-de-maratona/>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**. Annapolis: Naval Institute Press, 1988.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30ª ed. São Paulo. Saraiva, 2015.

DA SILVA, Alexandre L. Alves. **Rastros da Guerra – Estariam os Assaltos Anfíbios de grande proporções ultrapassados?** Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 143, n. 04/06, p. 163-185, 2023.

E SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro. Universidade. 02 abr. 2003.

EUA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-02, Amphibious Operations**. Washington, D.C., 2021a.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações navais no século XXI: Tarefas básicas do poder naval para a proteção da Amazônia Azul**. 2011. Trabalho de Conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

FLORKIN, Julien. **7 Key Aspects Of Strong Power Projection In The Modern Geopolitical Landscape**. 2024. Disponível em: <https://julienflorkin.com/geopolitics/power-projection/>. Acesso em: 21 de abril de 2024.

FRAGA, Edmilson Franco. **As Operações Anfíbias no controle da área marítima e a projeção do poder sobre terra**. 13 jan. 2020. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2020/01/13/as-operacoes-anfibias-no-controle-da-area-maritima-e-a-projecao-do-poder-sobre-terra/>. Acesso em: 17 de março de 2024.

GAVIÃO, Luiz O. As Operações Anfíbias no século XXI. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p. 155-179, 2010.

GOMPERT, David C.; KAUFMAN, Stuart E. **Power and Responsibility: Building International Order in an Era of Transnational Threats**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2000.

HAMBLIN, William J.; OPPENHEIM, A. Leo. **Empires of the Ancient Near East**. New York: Barnes & Noble Books, 2001.

HART, B. H. Liddel. **The value of amphibious flexibility and forces**. Selected Readings United States Marine Corps, Newport, 1983.

HEATHER, Peter. **The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarian**. New York: Oxford University Press, 2005.

HYDE-PRICE, Adrian. **European security in the twenty-first century: the challenge of multipolarity**. London: Taylor & Francis Group, 2007.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIMA, Luiz Carlos Reis de. **Projeção Anfíbia: a contribuição para a aplicação do Poder Inteligente dos Estados**. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

MAHAN, A. T. **The influence of Sea Power upon history 1660-1783**. (E. L. Mahan, Ed.) Boston, Estados Unidos: Little, Brown and Company. 1890.

MATTOS, Carlos de M. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro, RJ. Livraria José Olympio Editora, 1977.

NYE JR, Joseph S. **Soft Power**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

_____. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Ed. Gente, 2009.

_____. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2011.

POSEN, Barry R. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, v. 28, n. 1, 2003.

REYNOLDS, David; por PADILHA, Luiz; GENEVE, Márcio. **As Operações Anfíbias: Se Adaptando Para o Futuro**. Defesa Aérea & Naval, 01 mai. 2020. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/analise/as-operacoes-anfibias-se-adaptando-para-o-futuro>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES, José Emílio de Oliveira. **O Legado das Operações Anfíbias**. Âncoras e Fuzis, n. 42, 2011.

TEIXEIRA, Esley R. de Jesus. **Poder Anfíbio**. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 141, n. 01/03, p. 163-185, 2021.

TILL, Geoffrey. **Sea Power: A Guide for the Twenty-First Century**, 2004. 2 Ed. New York, NY: Routledge. 2009.

_____. **Poder Marítimo: questões relevantes e desafios**. Revista da Escola de Guerra Naval. 2005.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 4^a ed. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1999.

WEDIN, Lars. **Estratégias marítimas no século XXI: a contribuição do Almirante Castex**. [S.l.: s.n.], 2015.